



**AREZZO
&CO**
4T2019

AREZZO

SCHUTZ

ANACAPRI

ALEXANDRE
BIRMAN

FIEVER

ALME

VANS
"OFF THE WALL"

MANUAL DE USO

Estas Demonstrações Financeiras são responsivas, permitindo uma melhor navegação e alcance da informação procurada de forma mais efetiva. Para isto, utilize os ícones localizados no rodapé das páginas, conforme descrito abaixo:



1. Mensagem da Administração	3
2. Visão geral da Companhia.....	3
3. Desempenho operacional	4

Índice Navegável

Clique no item desejado no Índice e vá diretamente para a página com a informação desejada.



Retorno ao Índice

Retorne imediatamente a 1ª página do índice para uma nova busca ao clicar neste ícone.



Setas de rolagem

Volta uma página ou avança uma página respectivamente.



Procura por palavra chave

Digite a palavra desejada e faça uma busca desta palavra a partir da página em que foi digitada.

Links para documentos complementares a estas Demonstrações Financeiras

1. Página do Relações com Investidores na Internet;
2. Apresentação de Resultados - 4T2019;
3. Release de Resultados - 4T2019;
4. Audio da Teleconferência - 4T2019;
5. ITR 30/09/2019;
6. ITR 30/06/2019; e
7. ITR 31/03/2019.



ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	5
1. Mensagem da Administração	5
2. Visão geral da Companhia.....	7
3. Desempenho Operacional e Financeiro – 2019.....	9
4. Mercado de capitais e Governança Corporativa.....	22
5. Relacionamento com os Auditores Independentes	23
6. Relações com Investidores – RI.....	24
7. Declaração da Diretoria	24
BALANÇO PATRIMONIAL	25
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	26
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	26
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	27
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA.....	28
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	29
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	30
1. Informações sobre a Companhia.....	30
2. Políticas contábeis	31
3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.....	40
4. Pronunciamentos novos ou revisados	41
5. Caixa e bancos	43
6. Aplicações financeiras	43
7. Contas a receber de clientes	44
8. Estoques.....	45
9. Impostos a recuperar	46
10. Outros créditos.....	46
11. Imposto de renda e contribuição social.....	46
12. Saldos e transações com partes relacionadas.....	48
13. Participações societárias	50
14. Imobilizado.....	50
15. Intangível.....	52
16. Empréstimos e financiamentos	54
17. Fornecedores	56
18. Operações de arrendamento mercantil.....	56
19. Obrigações trabalhistas	58
20. Obrigações fiscais e sociais	58
21. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	58



ÍNDICE

22. Capital social e reservas	61
23. Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e propostos	63
24. Resultado por ação	64
25. Receita operacional líquida.....	65
26. Informações por segmento	65
27. Despesas por natureza	66
28. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro	66
29. Resultado financeiro.....	70
30. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	70
31. Cobertura de seguros	71
32. Pagamento baseado em ações	71
33. Subvenções governamentais.....	75
DIRETORIA	76
CONTADOR.....	76
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS	
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	76
Opinião	76
Base para opinião	76
Principais Assuntos de Auditoria	77
Porque é um PAA	77
Adequação do custeio e existência e valorização dos estoques (notas 2.7 e 8)	77
Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria	77
Porque é um PAA	77
Recuperabilidade dos saldos de fundo de comércio (nota 2.10, 2.11 e 15)	77
Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria	78
Porque é um PAA	78
Adoção de novo pronunciamento contábil – IFRS 16/CPC 06 (R2) (notas 4.1 e 18)	78
Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria	78
Outros assuntos	79
Demonstrações do Valor Adicionado.....	79
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor	79
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas	79
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	80



■ RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Um ano repleto de desafios e conquistas: assim foi o nosso 2019!

Estamos nos aproximando do nosso cinquentenário uma história de vida que vai muito além de um negócio!

Como líder de mercado nas categorias de calçados e bolsas para as classes A e B, demonstramos nossa força e resiliência, entregando resultados sólidos e consistentes através de um time altamente engajado construindo uma cultura de sucesso e pavimentando o caminho do nosso futuro.

O mundo está cada vez mais dinâmico, com a adoção de tecnologias disruptivas e de **mudanças importantes no comportamento dos consumidores** – seja quanto à exigência de um propósito associado às marcas, ao posicionamento socioambiental e, sobretudo, a necessidade de ser atendido de maneira rápida, conectada e personalizada – o que redobrou nossa motivação para revisar uma estratégia altamente vencedora. Afinal, o que nos trouxe até aqui não necessariamente nos levará onde queremos chegar. É nosso sonho é grande!

Foi assim que iniciamos um **novo ciclo de planejamento estratégico** na Arezzo&Co – um projeto que contou com elevada dedicação de nossos principais executivos e com o apoio de uma das mais renomadas consultorias de estratégia no mundo.

Aqui, cabe fazer um breve parêntese, a escolha do nome para o projeto: “Da Vinci” – um dos maiores artistas de todos os tempos, capaz de unir arte e ciência em tudo o que produziu, através de sua curiosidade insaciável. A Arezzo&Co, uma empresa de moda e criação de produtos e sonhos (“arte”), precisa ser capaz de se reinventar, assim como Da Vinci, utilizando a “ciência” – dados, tecnologia, modelo de suprimento e abastecimento – para criar uma combinação orquestrada capaz de entregar os melhores produtos, na hora e local certos, da melhor maneira possível, aos seus clientes.

Quando iniciamos o projeto Da Vinci, tínhamos uma grande certeza: que o foco no cliente era não apenas desejável, mas crucial. Com base na leitura do livro *Mentalidade do Fundador*, de James Allen, sócio da *Bain Company*, optamos por percorrer uma jornada incansável, posicionando nossas **clientes no centro do negócio** – com forte empoderamento da linha de frente para viabilizar a melhor experiência de marca – onde quer que a cliente esteja. Afinal, não queremos que nossa participação de mercado nos limite ou nos torne incumbentes com o passar do tempo, distantes da voz do consumidor. Queremos usar a nossa escala, aliada à nossa “mentalidade de dono”, tão presente em nossas equipes, buscando constante agilidade.

Adicionalmente, o projeto Da Vinci nos ajudou a entender o potencial de nossas marcas atuais, cada qual com seu posicionamento e curva de maturidade. Os resultados nos deixaram ainda mais otimistas com nosso crescimento futuro já endereçado no mercado doméstico.

A marca Arezzo - democrática, acessível e com sua pujante rede de franqueados - continuará a expandir através do modelo *light* e da omnicanalidade, permitindo reduzir a ruptura nas lojas. Schutz – marca de desejo e protagonista na cena *fashion* – aumentará sua força e relevância digital. Anacapri – marca descomplicada e alto astral – terá um interessante caminho de crescimento através da abertura de novas lojas e maturação das existentes. Alexandre Birman – marca sinônimo de luxo – dará continuidade ao seu franco crescimento no Brasil e no exterior, associado a um aumento exponencial de *brand awareness*. Fiever – marca de *sneakers* jovem e urbana – seguirá com seu plano de expansão em diferentes canais. E, finalmente, Alme – marca de conforto – continuará a crescer em seu mercado endereçável, atendendo mulheres maduras e em busca de conforto, sem abrir mão do estilo.

Além disso, em 2019 a Arezzo&Co deu importantes passos em seu **processo de transformação digital**, através do estabelecimento de uma cultura ágil e elevação de seu patamar tecnológico. Nosso foco primordial foi utilizar a tecnologia como meio, estabelecendo uma plataforma de produtividade e crescimento, visando empoderar as



marcas com dados de BI para maximizar sua assertividade em vendas e estimular a **omnicanalidade**. Também foi dado um importante passo com a implementação do **RFID** na marca Schutz, que será estendido para as demais marcas do grupo em um futuro próximo.

Nesse cenário de marcas vencedoras e à frente de seu tempo – porém tão diferentes entre si – existem elementos comuns, agregados em uma robusta estrutura, que incluem, mas não se limitam a *sourcing*, engenharia de produtos, expansão, logística, franchising, multimarca e *web commerce* – além das áreas corporativas de suporte. Com a confiança de que tais áreas já atingiram a escala e a maturidade necessárias para absorver novas operações, passamos a nos questionar ao longo de 2019 se já não seria o momento de quebrarmos um antigo paradigma: o de termos apenas marcas criadas por nós em nosso portfólio.

E foi nesse contexto que abrimos o nosso horizonte pra as oportunidade de M&A, estreando nosso primeiro movimento inorgânico, através da obtenção da exclusividade para comercialização e operação da marca Vans® no Brasil. Um desafio do tamanho da oportunidade que representa: uma marca reconhecida mundialmente, altamente desejada no mercado brasileiro e que traz consigo categorias novas para a Arezzo&Co, como calçados masculinos, infantis e vestuário. Uma operação de tamanho relevante (acima de R\$ 200 milhões de faturamento), com forte potencial de crescimento, através de lojas físicas, multimarcas e *web commerce*.

Após a transação, iniciamos a frente de integração com muita humildade e dedicação. Em cerca de um mês, transferimos mais de 450 mil pares de calçados, acessórios e vestuário, criando um novo centro de distribuição, além da implementação integral do SAP e da internalização do *web commerce*, antes terceirizado. Nossa confiança, sempre elevada e movida pela paixão pelo negócio e por fazer acontecer, está maior do que nunca.

Certamente a Vans® nos abre um **novo caminho de possibilidades**, caminho pelo qual temos genuína intenção em trilhar, com critérios muito claros do que queremos fazer – e talvez ainda mais importante – do que não iremos fazer. Estamos motivados e confiantes de que a Arezzo&Co se consolidará como uma grande plataforma de marcas, uma verdadeira “House of Brands”. Trata-se de um novo *mindset*, que veio para ficar. Além de licenciamentos como a Vans®, continuamos a analisar outras oportunidades de consolidação de mercado, seja de marcas tradicionais consolidadas ou de marcas insurgentes.

Apesar de ainda termos muito espaço para crescer através de nossas marcas próprias, da Vans® e de possíveis outras, acreditamos em um sonho ainda maior – e é por isso que discutimos incessantemente ao longo de nosso planejamento estratégico o que haveria de mais disruptivo a acontecer futuramente. Nesse contexto, definimos que queremos ser além de uma plataforma de marcas – e sim uma **plataforma de moda**, com todas as nossas marcas convivendo juntas, atreladas a um programa de fidelidade, carrinho de compra e frete únicos, além de investimentos em marketing e em downloads otimizados. Essa é a nossa meta para 2020, mas ela não para por aqui. Através da oferta de conteúdo de moda e serviços – a serem conectados posteriormente – poderemos trilhar um caminho rumo a um *marketplace* “3P”, cuja curadoria de marcas parceiras e complementares às do grupo será um dos nossos grandes diferenciais como plataforma. Afinal, a Arezzo&Co quer ser a aliada de nossos clientes na moda e na vida, revolucionando o mercado *fashion* para as classes A/B no Brasil.

Nosso foco na expansão internacional – principalmente através de nossa operação própria nos Estados Unidos, continua sendo um importante pilar de nossa estratégia. Nosso crescimento exponencial da venda *online*, a abertura de novas “*doors*” e o ganho de “*share of wallet*” nas lojas de departamento são muito expressivos. Apesar da transformação vista no varejo norte-americano, acreditamos na importância das lojas físicas para a construção de *brand awareness* e de experiência de marca. O ano de 2019 trouxe conquistas importantes, porém também ajustes e investimentos que impactaram o resultado consolidado da nossa companhia. Contudo, acreditamos muito no potencial de nossas marcas no mercado norte-americano, e em 2020 continuaremos crescendo, respeitando nossa geração de caixa, e visando a melhoria contínua da rentabilidade.



Para encerrar, gostaria de agradecer a todo o time e ao Conselho de Administração pela dedicação empenhada ao longo desse 2019 tão intenso.

Nossa cultura é a base de tudo o que fazemos. O futuro a gente cria.

2154 é agora!

A Administração.

2. VISÃO GERAL DA COMPANHIA

Arezzo&Co é líder no setor de calçados, bolsas e acessórios femininos para as classes A/B no Brasil. Acumulando 47 anos de história, comercializa atualmente mais de 14,5 milhões de pares de calçados por ano, além de bolsas e acessórios. Possui sete importantes marcas - Arezzo, Schutz, Anacapri, Alexandre Birman, Fiever, Alme e Vans®.

Suas linhas de produtos destacam-se pela constante inovação, design, conforto e excelente relação custo-benefício.

A estratégia multicanal permite ao grupo ter grande capilaridade em sua distribuição por meio de lojas próprias, franquias, multimarcas e web commerce, estando presente em todos os estados do país. Internacionalmente, os produtos das marcas Schutz e Alexandre Birman são comercializados também em lojas próprias, web commerce e lojas de departamento.

A Companhia encerrou 2019 com 699 franquias, 53 lojas próprias e em 2.646 lojas multimarcas no Brasil.

AREZZO

Fundada em 1972 por Anderson Birman, a marca é Top of Mind no segmento de calçados femininos no Brasil. A marca possui um posicionamento trendy, reunindo conceito, alta qualidade, design contemporâneo, satisfazendo mulheres de todas as idades. É referência no lançamento de tendências no Brasil e está sempre presente nos editoriais das mais prestigiadas revistas e sites de moda do país com seu modelo fast fashion em calçados, bolsas e acessórios femininos.

SCHUTZ

A marca Schutz fundada em 1995, tem como principal missão oferecer ao público um conceito de produtos conectados ao design, qualidade, moda e liberdade de expressão. O resultado são coleções desenvolvidas para refletir o espírito da mulher jovem contemporânea, que é irreverente e tem estilo próprio. Convida a ousar e a desafiar o que é consenso.

ANACAPRI

A Anacapri, marca especializada em calçados flats (sem salto) do Grupo Arezzo&Co, nasceu em 2008 com o objetivo de descomplicar a vida de suas consumidoras com uma moda acessível e cheia de personalidade, sem abrir mão do conforto.

ALEXANDRE BIRMAN

A marca Alexandre Birman, criada em 2009, é uma referência entre as marcas brasileiras de calçados femininos de luxo, dividindo espaço com os maiores nomes da moda em cadeias renomadas de varejo no mundo todo. A marca é reconhecida pelo conceito de exclusividade e sofisticação, tem grande reconhecimento no exterior.





Uma alusão a FIVE (5ª marca do grupo) e FEVER (febre em inglês), nasceu em dezembro de 2015 como uma marca urbana, cool e despretensiosa voltada para o público jovem focada em *casual sneakers*. O caminho que traça busca sempre inovar, acompanhando o ritmo dessa geração.

ALME

A Alme foi criada em 2018, após um ano de estudos e de pesquisas qualitativas e quantitativas. Com estilo atemporal, a Alme busca atender uma crescente demanda das consumidoras por sapatos confortáveis e bonitos para todas as ocasiões.



Em 2019, a Arezzo&Co anunciou um acordo para ser a distribuidora exclusiva da marca Vans® no Brasil. Original “Off the Wall” desde 1966, a marca Vans® cria calçados, roupas e acessórios com foco em ação para skatistas, surfistas, ciclistas de BMX e snowboarders em todo o mundo. A marca se conecta à cultura jovem para promover a auto-expressão, autenticidade e progressão criativas, ao mesmo tempo em que vincula as raízes profundas da marca nos esportes de ação à arte, música e cultura de rua.

Adoção da Norma IFRS 16 – Principais Impactos

A adoção da norma IFRS16 em janeiro de 2019 trouxe algumas alterações no modo de contabilizar a parcela fixa dos alugueis, enquadrados como arrendamento. Os compromissos futuros dos arrendamentos são reconhecidos como passivos, em contrapartida ao direito de uso que é reconhecido como um ativo fixo. Como consequência, as despesas de alugueis são substituídas por juros sobre o passivo de arrendamento e pela depreciação do direito de uso. Desta forma, quando comparado ao modelo IAS 17 / CPC 06, o IFRS 16 gera um efeito positivo no EBITDA, uma vez que os alugueis são reclassificados de despesas operacionais para despesas de depreciação e despesas financeiras.

Para melhor entendimento das alterações, ao longo do release de resultados, foi incluída uma coluna pro-forma do 4T19, desconsiderando a adoção da norma, nas tabelas relativas às principais contas impactadas. Os impactos da aplicação desta nova norma estão demonstradas nas notas 12 – Imobilizado e 16 – Arrendamento das Notas Explicativas do ITR do 4T19.

BALANÇO		RESULTADOS	
↑	Ativo - Direito de Uso + R\$ 205 Milhões	↓	CMV (Despesa com Ocupação) (R\$ 10) Mil
↑	Passivo - Arrendamento + R\$ 209 Milhões	↓	SG&A (Despesa com Ocupação) R\$ 409 Mil
		↑	EBITDA +R\$ 8,7 Milhões
		↑	Depreciação de Arrendamento (Despesa) (R\$ 8,1) Milhões
		↑	Desp. Financeira de Arrendamento (R\$ 1,2) Milhões
		↓	Lucro Líquido (R\$ 0,7) Milhões

Demonstração de Resultados	4T19 Divulgado	Ajustes IFRS 16	4T19 Pró-forma	2019 Divulgado	Ajustes IFRS 16	2019 Pró-forma
Receita Bruta	573.729	-	573.729	2.063.929	-	2.063.929
Receita Líquida	467.652	-	467.652	1.679.235	-	1.679.235
CMV	(249.435)	7	(249.428)	(903.541)	(42)	(903.583)
Depreciação e amortização - Custo	(664)	195	(469)	(2.768)	901	(1.867)
Lucro Bruto	218.217	7	218.224	775.694	(42)	775.652
Margem Bruta	46,7%	0,0%	46,7%	46,2%	0,0%	46,2%
SG&A	(142.180)	(408)	(142.588)	(552.592)	(708)	(553.300)
Depreciação e amortização - Despesa	(17.128)	8.087	(9.041)	(75.075)	37.372	(37.703)
% ROL	-30,4%	-0,1%	-30,5%	-32,9%	0,0%	-32,9%
EBITDA	93.829	(8.684)	85.145	300.945	(39.024)	261.921
Margem EBITDA	20,1%	-1,9%	18,2%	17,9%	-2,3%	15,6%
Resultado Financeiro	(4.644)	1.134	(3.510)	(18.176)	5.319	(12.857)
Lucro antes do IR e CS	71.393	733	72.126	204.926	4.569	209.495
IR + CS	(12.738)	-	(12.738)	(42.787)	-	(42.787)
Lucro líquido	58.655	733	59.388	162.139	4.569	166.708
Margem Líquida	12,5%	0,2%	12,7%	9,7%	0,3%	9,9%

3. DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO – 2019

Resumo de Resultados	4T19	4T18	ΔΔ (%) 19 x 18	4T19 Pró-Forma	ΔΔ (%) 19 x 18	
Receita Líquida	467.652	412.211	13,4%	467.652	13,4%	
Lucro Bruto	218.217	194.724	12,1%	218.224	12,1%	
Margem bruta	46,7%	47,2%	-0,5 p.p.	46,7%	-0,5 p.p.	
EBITDA ¹	96.308	64.118	50,2%	85.145	32,8%	
Margem EBITDA ¹	20,6%	15,6%	5,0 p.p.	18,2%	2,6 p.p.	
Lucro líquido	58.655	42.243	38,9%	59.388	40,6%	
Margem líquida	12,5%	10,2%	2,3 p.p.	12,7%	2,5 p.p.	
Resumo de Resultados	2019	2018	ΔΔ (%) 19 x 18	2019 Pró-Forma	ΔΔ (%) 19 x 18	
Receita Líquida	1.679.235	1.526.659	10,0%	1.679.235	10,0%	
Lucro Bruto	775.694	710.672	9,1%	775.652	9,1%	
Margem bruta	46,2%	46,6%	-0,4 p.p.	46,2%	-0,4 p.p.	
EBITDA ¹	303.424	232.161	30,7%	261.921	12,8%	
Margem EBITDA ¹	18,1%	15,2%	2,9 p.p.	15,6%	0,4 p.p.	
Lucro líquido	162.139	142.644	13,7%	166.708	16,9%	
Margem líquida	9,7%	9,3%	0,4 p.p.	9,9%	0,6 p.p.	
Indicadores Operacionais	4T19	4T18	ΔΔ (%) 19 x 18	2019	2018	ΔΔ (%) 19 x 18
Número de pares vendidos ('000)	4.352	3.980	9,3%	14.533	13.507	7,6%
Número de bolsas vendidas ('000)	509	509	0,0%	1.771	1.520	16,5%
Número de funcionários	2.465	2.437	1,1%	2.465	2.437	1,1%
Número de lojas*	752	685	67	752	685	67
Próprias	53	51	2	53	51	2
Franquias	699	634	65	699	634	65
Outsourcing (% da produção total)	91,0%	92,1%	-1,1 p.p.	90,7%	91,6%	-0,9 p.p.
SSS ² sell-in (franquias)	2,8%	9,2%	-6,4 p.p.	1,7%	4,7%	-3,0 p.p.
SSS ² sell-out (lojas próprias + web + franquias)	5,7%	3,6%	0,2 p.p.	3,9%	4,2%	-0,3 p.p.

* Inclui lojas no exterior

(1) EBITDA = Lucro Antes do Resultado Financeiro, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, Depreciação e Amortização. O EBITDA não é uma medida utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representando o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem um significado padronizado e a definição da Companhia de EBITDA pode não ser comparável ao EBITDA ajustado de outras companhias. Ainda que o EBITDA não forneça, de acordo com as práticas contábeis utilizadas no Brasil, uma medida do fluxo de caixa operacional, a Administração o utiliza para mensurar o desempenho operacional. Adicionalmente, a Companhia entende que determinados investidores e analistas financeiros utilizam o EBITDA como indicador do desempenho operacional de uma Companhia e/ou de seu fluxo de caixa.

(2) SSS (vendas nas mesmas lojas): as lojas são incluídas nas vendas de lojas comparáveis a partir do 13º mês de operação. Variações em vendas de lojas comparáveis entre os dois períodos são baseadas nas vendas líquidas de devoluções para as vendas do sell-out, e em vendas brutas para sell-in de franquias que estavam em operação durante ambos os períodos comparados. A partir do 4T16 a companhia passou a reportar o SSS sell-in líquido de descontos. Se uma loja estiver incluída no cálculo de vendas de lojas comparáveis por apenas uma parte de um dos dois períodos comparados, então essa loja será incluída no cálculo da parcela correspondente do outro período. Quando metros quadrados são acrescentados ou reduzidos a uma loja que é incluída nas vendas de lojas comparáveis, impactando a área de vendas em mais de 15%, a loja é excluída nas vendas de lojas comparáveis. Quando a operação de uma loja é descontinuada, as vendas dessa loja são excluídas do cálculo das vendas de lojas comparáveis para os períodos comparados. Considera-se que quando um operador franqueado abre um depósito, sua venda será incluída nas vendas de lojas comparáveis do sell-in se as franquias do operador estiverem em operação durante ambos os períodos que estão sendo comparados. O chamado SSS sell-in, refere-se à comparação de vendas da Arezzo&Co junto a cada loja franqueada em operação há mais de 12 meses, servindo como um indicador mais preciso para monitoramento da receita do grupo. Já o SSS sell-out é baseado na performance de vendas dos pontos de vendas, o que no caso da Arezzo&Co demonstra melhor o comportamento das vendas de lojas próprias e vendas de sell-out de franquias. Os números de sell-out de franquias representam a melhor estimativa calculada com base em informações fornecidas por terceiros. A partir do 1T14, a Companhia passou a também reportar o SSS de sell-out incluindo as vendas do canal online.

Receita Bruta	4T19	Part%	4T18	Part%	$\Delta\Delta$ (%) 19 x 18	2019	Part%	2018	Part%	Δ (%) 19 x 18
Receita bruta total	573.729		505.511		13,5%	2.063.929		1.865.766		10,6%
Mercado externo	66.258	11,5%	52.395	10,4%	26,5%	258.982	12,5%	186.898	10,0%	38,6%
Exportações	8.420	12,7%	14.542	27,8%	(42,1%)	54.509	21,0%	66.627	35,6%	(18,2%)
Operação USA	57838	87,3%	37850	72,2%	52,8%	204.473	79,0%	120.271	64,4%	70,0%
Mercado interno	507.471	88,5%	453.116	89,6%	12,0%	1.804.947	87,5%	1.678.868	90,0%	7,5%
Por marca										
Arezzo	282.268	55,6%	259.589	57,3%	8,7%	983.757	54,5%	950.689	56,6%	3,5%
Schutz ¹	121.950	24,0%	107.701	23,8%	13,2%	474.295	26,3%	443.471	26,4%	7,0%
Anacapri	76.186	15,0%	65.417	14,4%	16,5%	259.116	14,4%	219.554	13,1%	18,0%
Outros ²	27.067	5,3%	20.409	4,5%	32,6%	87.779	4,9%	65.154	3,9%	34,7%
Por canal										
Franquias	270.267	53,3%	244.274	53,9%	10,6%	899.399	49,8%	831.365	49,5%	8,2%
Multimarcas	92.158	18,2%	75.700	16,7%	21,7%	423.008	23,4%	384.272	22,9%	10,1%
Lojas próprias ³	76.982	15,2%	87.700	19,4%	(12,2%)	266.310	14,8%	298.706	17,8%	(10,8%)
Web Commerce	67.948	13,4%	44.951	9,9%	51,2%	214.580	11,9%	162.640	9,7%	31,9%
Outros ⁴	116	0,0%	491	0,1%	(76,4%)	1.649	0,1%	1.885	0,1%	(12,5%)

(1) Não inclui receitas provenientes da operação internacional

(2) Inclui as marcas A. Birman, Fiever e Alme apenas no mercado interno e outras receitas não específicas das marcas.

(3) Desconsiderando a o repasse de 10 lojas próprias nos últimos 12 meses para franqueados, o canal de Lojas Próprias teria crescido 4,2% no trimestre.

(4) Inclui receitas do mercado interno que não são específicas dos canais de distribuição.

MARCAS

O quarto trimestre do ano é marcado pela entrada da coleção de Verão, pela *Black Friday* e pelo momento mais importante do ano, o Natal. Atingimos bons resultados, fruto do desejo pelas nossas marcas aliado a um *mix*

encantador impulsionado por uma equipe muito apaixonada pelo que faz. Os resultados atingidos e o posicionamento muito bem definido de cada uma de nossas marcas demonstra que estamos no caminho certo para a consolidação de nossa empresa como uma “House of Brands”.

A marca **Arezzo** atingiu receita de R\$ 282,3 milhões neste trimestre, um aumento de 8,7% em relação ao 4T18, representando 55,6% do faturamento do mercado interno da Arezzo&Co. Desconsiderando o efeito dos repasses de 5 lojas próprias para franquias nos últimos doze meses, a receita da marca teria crescido 12,2%.

Como destaque do trimestre, a marca Arezzo lançou uma parceria inédita com a *Pantone* – autoridade em cores mundialmente reconhecida e referência de *lifestyle* – com objetivo de manter o engajamento o público jovem. Com a parceria, a *Pantone* levou cores exclusivas para os calçados e bolsas da marca, resultando em uma excelente performance, com a venda de onze mil pares e mais de cinco mil bolsas em apenas 10 dias. No mês de dezembro, a Arezzo focou na campanha “Arezzo Sempre Presente” pelo terceiro ano consecutivo, reforçando a sua imagem como ótima opção de presentes para a data, através de ações de “compre e ganhe,” reconhecimento das melhores clientes por loja e *display* de produto em loja focado nos itens presenteáveis.

A marca **Schutz** cresceu 17,3% em termos globais no 4T19, consolidando a importante estratégia da retomada de crescimento da marca. No mercado interno, representou 24,0% do faturamento da Companhia, somando R\$ 122,0 milhões de receita bruta no 4T19, crescimento de 13,2% em relação ao mesmo período do ano anterior – dando continuidade a performance positiva também apresentada nos últimos trimestres.

Desconsiderando o efeito dos repasses de lojas próprias para franquias 5 lojas nos últimos dozes meses, a marca teria crescido 14,5%. No mercado externo, a operação dos Estados Unidos obteve crescimento vs. o 4T18 de 63,0% em e 51,2% em Dólares.

Como destaques no Brasil, a categoria de tênis elevou sua representatividade no mix para 6,6% (vs. 5,3% no 4T18) com um crescimento de receita de 35,7% no período. Em outubro, a marca ampliou a linha de tênis “*It Schutz*”, *best seller* no 3T19, em novas cores e materiais. O produto registrou giro de 74,0% em apenas uma semana.

Seguindo a performance positiva do terceiro trimestre, a marca também registrou resultados inspiradores na categoria de bolsas, com crescimento de 28,6% passando a representar 27,6% do mix da Schutz. Dentre as ações realizadas no período, a marca lançou a sua bolsa ícone “*triangle*” em novos couros, padronagens e opção de personalização com iniciais. Em dezembro, a Schutz firmou parceria inédita com a marca brasileira de acessórios Isla, apresentando uma releitura de calçados e bolsas *best sellers* da marca ao longo dos anos.

A marca **Anacapri** alcançou receita de R\$ 76,2 milhões, com crescimento de 16,5% vs. o 4T18, encerrando o trimestre com 15,0% de representatividade no faturamento no mercado interno da Companhia, ante 14,4% no 4T18. A boa performance da marca é fruto da abertura líquida de 35 franquias nos últimos 12 meses (sendo 20 lojas no 4T19) e da crescente relevância do canal *web commerce* que já representa 7,5% do faturamento. Vale destacar a performance da categoria de bolsas, que já representa 8,6% do *mix* de produtos, 2,4 p.p. acima do 4T18.

Como destaque no trimestre, a Anacapri foi a primeira marca a firmar uma parceira com a “*Smiley*” no Brasil para o lançamento de uma coleção exclusiva, que reforça o posicionamento de auto estima e liberdade de expressão da Anacapri, trazendo maior engajamento. O lançamento contou com diversas ações de marketing e de “*compre e ganhe*”, o que contribuiu para o aumento o ticket médio das lojas.

A marca **Alexandre Birman** apresentou crescimento global de 18,5%, com destaque para o SSS de 31,3% no mercado interno, além das vendas no exterior. No mês de outubro, a marca lançou a sua plataforma de personalização de modelos no e-commerce – antes oferecida apenas nas lojas físicas – impulsionando assim a receita do canal. Atendendo à crescente demanda pela marca no território nacional, foram abertas duas lojas próprias no mês de novembro, em Curitiba e em Brasília. Para a época de festas, a marca Alexandre Birman fez o lançamento global da sua sandália “*Jelly*” como produto de entrada, em linha com a estratégia de grandes marcas de luxo internacionais. O modelo foi *best seller* já no primeiro mês de vendas.



A marca **Fiever** apresentou crescimento de 35,3%, que teve como destaque o canal de *web commerce* que atingiu 13,7% de representatividade na marca. No mês de outubro, a marca ampliou a linha do tênis "*Fiever BEAT*" e contou com o DJ Alok (reconhecido internacionalmente) para representar a marca. Com a campanha, o modelo se tornou *best seller* chegando a representar 25% das vendas. Em novembro, a Fiever teve como marco a abertura da sua primeira franquia no shopping Frei Caneca em São Paulo. Além da expansão de lojas, a Fiever firmou parceria com a Centauro – importante player no segmento de *sneakers* e esportes no Brasil – para a venda em mais de 30 lojas da rede.

A **Alme**, sexta marca do grupo, teve crescimento de 46,7% no período e teve como destaque a abertura de duas franquias, localizadas nos shoppings Vila Olímpia e Ibirapuera, em São Paulo. Além da inauguração das novas lojas, a marca lançou a linha de produtos "*Alme Eleva*", cuja principal característica é a leveza dos calçados, que pesam cerca de metade de um calçado convencional, proporcionando ainda mais conforto para as consumidoras.

Conforme anunciado no início de outubro, a Arezzo&Co assinou contrato para se tornar a distribuidora exclusiva da marca **Vans®** no Brasil. Durante os meses de novembro e dezembro, a Companhia se dedicou de forma intensiva na integração da nova marca em sua estrutura através da formação de um "*war room*" com pessoas de áreas-chave do negócio. Ao longo desses meses, o time integrou a plataforma de *web commerce*, concluiu a migração para o SAP, transferiu todos os produtos para o centro de distribuição próprio em Cariacica (ES) e assumiu a gestão das lojas físicas, finalizando assim o processo de forma bem sucedida sem atrasos ou "*blackouts*" de faturamento. Visando manter o DNA e cultura da Vans®, o escritório em São Paulo foi mantido e grande parte do time foi absorvido. Desde 01 de janeiro de 2020, a Arezzo&Co passou a reconhecer a receita da Vans® em seu faturamento, que passará a ser divulgado no release de resultados do primeiro trimestre de 2020.

Na frente de **Sustentabilidade**, as marcas do grupo deram importantes passos como:

- **Arezzo**: lançamento da plataforma *Arezzo Futuro*, que abrigará todas as iniciativas de sustentabilidade da marca. A primeira aposta foi a linha de tênis *ZZ Bio*, que tem como diferencial o uso de fio de poliamida biodegradável – tecnologia desenvolvida pela *Rhodia Solvey* – substituindo o poliéster. Além disso, a palmilha, a forração e o solado também foram desenvolvidos com material biodegradável.
- **Schutz**: primeiro lançamento de um tênis com soldado feito com 10% de resíduos em sua composição além de cabedal construído com fio de PET reciclado.
- **Anacapri**: lançamento de um tênis com solado à base de casca de arroz, substituindo o plástico em sua composição.
- **Fiever**: lançamento da plataforma *Fiever Choice*, que irá abrigar todas as iniciativas de sustentabilidade, sendo a primeira uma linha de tênis construída em cabedais de algodão reciclado e solado com 10% de resíduos próprio em sua composição.

As ações das marcas materializam os esforços de sustentabilidade em uma das etapas do negócio, entretanto a Arezzo&Co tem trabalhado de forma intensiva em um sólido programa que abrange todos os elos da cadeia de valor, incluindo o rastreamento da cadeia de fornecedores e a obtenção de certificações.

CANAIS

MONOMARCA – FRANQUIAS, LOJAS PRÓPRIAS E WEB COMMERCE

Refletindo a estratégia da Companhia de fortalecimento das lojas monomarca, a rede de PDVs Arezzo&Co (Lojas Próprias + Franquias + *Web Commerce*) apresentou um crescimento de 8,8% nas vendas do *sell-out* no 4T19 em relação ao 4T18 devido, principalmente, ao forte crescimento do canal online e da abertura líquida de 64 lojas monomarca no Brasil nos últimos 12 meses, além do crescimento das vendas nas mesmas lojas, que foi de 5,6% no 4T19.



Seguindo a estratégia *asset light* da Companhia, reforçando a atratividade do modelo de franquias para nossos franqueados, nos últimos doze meses, foram repassadas 10 lojas próprias (5 da marca Arezzo e 5 da marca Schutz), o que implicou em queda de faturamento do canal de Lojas Próprias e incremento do faturamento do canal de Franquias. Desconsiderando os repasses anteriormente mencionados, o canal de Lojas Próprias teria crescido 4,2%.

A área de vendas das lojas no Brasil e no exterior teve aumento de 4,5% no trimestre em comparação ao 4T18. No Brasil, houve adição líquida de 35 lojas da marca Anacapri, 23 da marca Arezzo (sendo sua maioria no formato light), 4 da marca Alme, 2 da marca Alexandre Birman e 1 da marca Fiever, totalizando 2.061 m² (excluindo outlets).

O canal Franquias teve representatividade de 53,3% nas vendas domésticas no 4T19 e apresentou SSS *sell-in* de 2,8% e 2,3% de *sell-out*.

O canal *Web Commerce* apresentou crescimento de 51,2% ante o 4T18, passando a representar 13,4% do faturamento doméstico da companhia. Vale destacar a excelente performance do canal nos dias da “*Black Friday*” (sexta-feira a domingo) que registrou SSS *sell out* de 78,3%.

MULTIMARCAS

No 4T19, o faturamento do canal Multimarcas apresentou crescimento de 21,7% ante o 4T18, sobre uma base de comparação de 12,3%. Todas as marcas registraram excelente performance, com destaque para a marca Schutz e a marca Fiever, apresentando elevado giro da coleção e grande atratividade para os lojistas do canal.

As seis marcas do grupo passaram a ser distribuídas através de 2.646 lojas no 4T19, crescimento de 6,2% ante o 4T18, e estão presentes em 2.590 cidades.

MERCADO EXTERNO

Nos Estados Unidos, a receita da operação registrou crescimento de 52,8%. Em dólares, o crescimento foi de 41,8%. Todos os canais apresentaram boa performance no período, com destaque para o crescimento de 36,4% no canal *wholesale*, cujas vendas foram alavancadas pelo crescimento da modalidade “*dropship*” bem como da venda dos *web commerces* de tais redes. As marcas encerraram o ano em 119 portas ao todo, crescimento de 30% em relação ao mesmo período de 2018.

Além do crescimento do canal *wholesale*, a operação *online* obteve crescimento expressivo de 133,4%, resultante da intensificação dos investimentos em marketing e *brand awareness*, com impacto direto nos indicadores de tráfego e conversão. O canal de Lojas Próprias também apresentou boa performance, com crescimento de 56,1%, impulsionado pelo aumento de SSS das lojas e aberturas nos últimos doze meses. No início de março, a marca Schutz inaugurou uma *pop-up store* (loja temporária) no reconhecido shopping *The Grove*, em Los Angeles.

Já as exportações de nossos calçados para o resto do mundo tiveram uma redução de 42,1% em Reais no 4T19 em comparação ao mesmo período de 2018, parcialmente explicado pela postergação de alguns pedidos referentes ao 4T19 para o 1T20 e a queda de receita em alguns países específicos como Argentina e Chile.



Em termos consolidados, no 4T19, a receita da Companhia no mercado externo foi 26,5% superior ao 4T18, passando a representar 11,5% da receita total vs 10,4% no mesmo período do ano anterior.

**Dropship: disponibilização de produtos de estoque próprio nos Estados Unidos nos websites de lojas como Nordstrom, Bloomingdale's, Saks Fifth Avenue, Dillards e Neiman Marcus.*

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL – INTEGRAÇÃO DE CANAIS

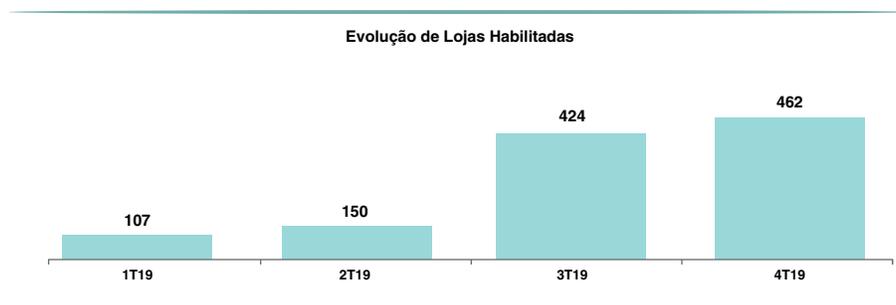
Em 2018, a Arezzo&Co deu início ao seu processo de Transformação Digital através do uso de metodologias ágeis e *squads*, que visam a integração dos canais de vendas, digitalização do negócio com a implementação de BI e tecnologia no merchandising.

A frente tem apresentado progresso com o aumento de lojas aptas a operarem as ferramentas de omnicanalidade, com crescente engajamento dos franqueados visando o incremento da conversão em loja e melhora constante da experiência de compra da rede Arezzo&Co.

Click n° Collect

O *Click n° Collect* consiste na compra do produto no *webcommerce* da marca com retirada gratuita na loja física, em prazos mais curtos.

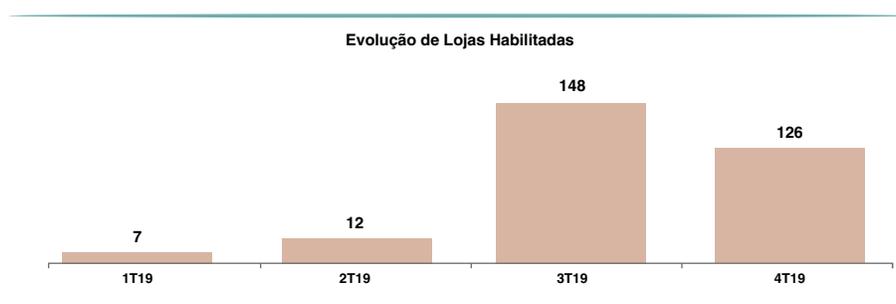
No 4T19, 462 lojas já estavam habilitadas.



Store Shipping

O *Store Shipping* consiste na compra do produto através do *webcommerce* da marca e entrega na casa da cliente de um produto disponível em loja.

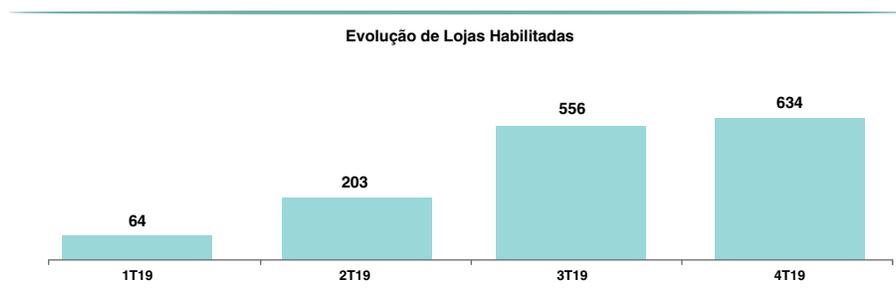
No 4T19, 126 lojas já estavam habilitadas. Cabe lembrar que tal modalidade depende de parcerias com entregadores locais.



Prateleira Infinita

A Prateleira Infinita permite a compra online no ambiente de loja física quando a consumidora não encontra o modelo/tamanho desejado disponível.

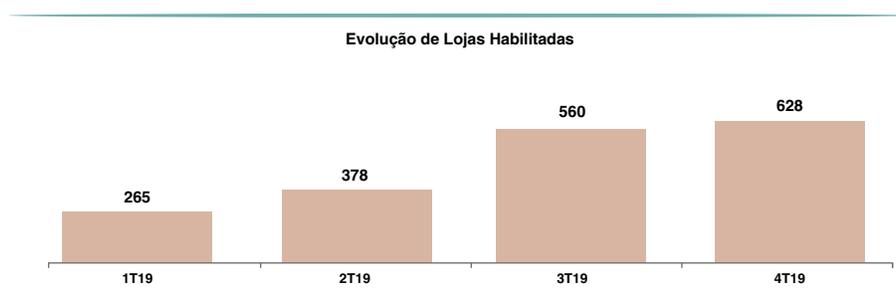
No 4T19, 634 lojas já estavam habilitadas.



Venda Remota

A Venda Remota consiste na venda remota feita através da loja física. A loja pode vender seu estoque à distância através do envio de um link de pagamento Cielo pelo *Whatsapp*.

No 4T19, 628 lojas já estavam habilitadas.



EXPANSÃO DA REDE MONOMARCA

Encerramos o trimestre com 752 lojas, sendo 737 no Brasil e 15 no exterior - um aumento de área de vendas de 4,5%, com 67 aberturas líquidas no Brasil e exterior nos últimos 12 meses.

No 4T19, a Arezzo&Co teve a abertura líquida de 37 lojas, sendo 13 lojas da Arezzo (11 no formato light), 20 lojas da Anacapri, 2 lojas de Alme, 2 da Alexandre Birman e 1 da Fiever.

Histórico de lojas	4T18	1T19	2T19	3T19	4T19
Área de venda^{1,3} - Total (m²)	43.965	44.086	44.322	44.835	45.925
Área de venda - franquias (m ²)	37.691	37.704	37.768	38.739	39.752
Área de venda - lojas próprias ² (m ²)	6.274	6.382	6.553	6.096	6.173
Total de lojas no Brasil	673	677	681	700	737
Número de franquias	628	632	636	658	693
Arezzo	405	405	406	419	432
Schutz	73	74	73	73	72
Anacapri	150	153	157	165	185
Fiever	-	-	-	-	1
Alme	-	-	-	1	3
Número de lojas próprias	45	45	45	42	44
Arezzo	14	14	14	10	10
Schutz	17	17	17	17	17
Alexandre Birman	4	4	4	4	6
Anacapri	3	3	3	3	3
Fiever	5	5	5	5	5
Alme	2	2	2	3	3
Total de lojas no Exterior	12	13	15	15	15
Número de franquias	6	6	6	6	6
Número de lojas próprias ⁴	6	7	9	9	9

(1) Inclui metragens das lojas no exterior

(2) Inclui sete lojas do tipo Outlets cuja área total é de 2.217 m²

(3) Inclui metragens de lojas ampliadas

(4) Inclui 2 lojas em Nova York, 2 em Miami, 1 em Los Angeles, 1 em Las Vegas, 1 em Nova Jersey, 1 em São Francisco e 1 em Dallas das marcas Schutz e Alexandre Birman.

Principais Indicadores Financeiros	4T19	4T18	Δ (%) 19 x 18	4T19 Pró-forma ⁴	ΔΔ (%) 19 x 18
Receita Bruta	573.729	505.511	13,5%	573.729	13,5%
Receita Líquida	467.652	412.211	13,4%	467.652	13,4%
CMV	(249.435)	(217.487)	14,7%	(249.428)	14,7%
Depreciação e amortização - Custo	(664)	(412)	n/a	(469)	n/a
Lucro bruto	218.217	194.724	12,1%	218.224	12,1%
<i>Margem bruta</i>	46,7%	47,2%	(0,5 p.p)	46,7%	(0,5 p.p)
SG&A	(142.180)	(143.607)	(1,0%)	(142.588)	(0,7%)
<i>% Receita</i>	(30,4%)	(34,8%)	4,4 p.p	(30,5%)	4,3 p.p
Despesas comerciais	(108.582)	(97.168)	11,7%	(115.512)	18,9%
Lojas próprias e Web Commerce	(33.064)	(36.261)	(8,8%)	(35.167)	(3,0%)
Venda, logística e suprimentos	(75.518)	(60.907)	24,0%	(80.266)	31,9%
Despesas gerais e administrativas	(50.678)	(38.038)	33,2%	(52.321)	37,3%
Outras (despesas) e receitas⁵	34.208	4.187	n/a	34.208	n/a
Depreciação e amortização - Despesa	(17.128)	(12.588)	36,1%	(9.041)	(28,2%)
EBITDA	93.829	64.117	46,3%	85.145	32,8%
<i>Margem EBITDA</i>	20,1%	15,6%	4,5 p.p	18,2%	2,6 p.p
Lucro líquido	58.655	42.243	38,9%	59.388	40,6%
<i>Margem líquida</i>	12,5%	10,2%	2,3 p.p	12,7%	2,5 p.p
Capital de giro¹ - % da receita	25,0%	27,0%	(2,0 p.p)	27,4%	0,4 p.p
Capital empregado² - % da receita	42,7%	36,8%	5,9 p.p	37,8%	1,0 p.p
Caixa líquido/EBITDA	0,3x	0,5x	-	0,4x	-
Caixa Bruto	277.683	235.801	17,8%	277.683	17,8%
Dívida total	180.784	111.418	62,3%	180.784	62,3%
Caixa líquido ³	96.899	124.383	(22,1%)	96.899	(22,1%)

(1) Capital de Giro: Ativo Circulante menos Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras subtraído do Passivo Circulante menos Empréstimos e Financiamentos e Dividendos a pagar.

(2) Capital Empregado: Capital de Giro somado Ativo Permanente e Outros Ativos de Longo Prazo, descontando Imposto de renda e contribuição social diferido.

(3) Dívida Líquida é equivalente à posição total de endividamento oneroso ao final de um período, subtraída da posição de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo.

(4) Descontando os impactos do IFRS 16 / CPC 06 (R2)

(5) Considera receitas provenientes de créditos fiscais extemporâneos (inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS), que por sua vez acarretaram em maior atingimento das métricas de participação de resultados da companhia (PPR), cujo impacto financeiro adicional foi alocado nas linhas de despesas recorrentes (G&A). O efeito positivo (líquido de PPR) de tais créditos no EBITDA da companhia foi de R\$ 18,0 milhões.

Principais Indicadores Financeiros	4T19	4T18	$\Delta\Delta$ (%) 19 x 18	4T19 Pró-forma ⁴	$\Delta\Delta$ (%) 19 x 18
Receita Bruta	2.063.929	1.865.768	10,6%	2.063.929	10,6%
Receita Líquida	1.679.235	1.526.659	10,0%	1.679.235	10,0%
CMV	(903.541)	(815.987)	10,7%	(903.583)	10,7%
Depreciação e amortização - Custo	(2.768)	(1.459)	n/a	(1.867)	n/a
Lucro bruto	775.694	710.672	9,1%	775.652	9,1%
<i>Margem bruta</i>	46,2%	46,6%	(0,4 p.p)	46,2%	(0,4 p.p)
SG&A	(552.592)	(519.392)	6,4%	(553.300)	6,5%
<i>%Receita</i>	(32,9%)	(34,0%)	1,1 p.p	(32,9%)	1,1 p.p
Despesas comerciais	(368.023)	(349.297)	5,4%	(400.308)	14,6%
Lojas próprias e Web Commerce	(119.130)	(130.886)	(9,0%)	(131.917)	0,8%
Venda, logística e suprimentos	(248.893)	(218.411)	14,0%	(268.312)	22,9%
Despesas gerais e administrativas	(165.281)	(131.068)	26,1%	(171.138)	30,5%
Outras (despesas) e receitas	55.787	393	n/a	55.771	n/a
Depreciação e amortização - Despesa	(75.075)	(39.420)	90,4%	(37.703)	(4,4%)
EBITDA	300.945	232.159	29,6%	261.921	12,8%
<i>Margem EBITDA</i>	17,9%	15,2%	2,7 p.p	15,6%	0,4 p.p
Lucro líquido	162.139	142.644	13,7%	166.708	16,9%
<i>Margem líquida</i>	9,7%	9,3%	0,4 p.p	9,9%	0,6 p.p
Capital de giro¹ - % da receita	25,0%	27,0%	(2,0 p.p)	27,4%	0,4 p.p
Capital empregado² - % da receita	42,7%	36,8%	5,9 p.p	37,8%	1,0 p.p
Caixa líquido/EBITDA	0,3x	0,5x	-	0,4x	-
Caixa Bruto	277.683	235.801	17,8%	277.683	17,8%
Dívida total	180.784	111.418	62,3%	180.784	62,3%
Caixa líquido ³	96.899	124.383	(22,1%)	96.899	(22,1%)

(1) Capital de Giro: Ativo Circulante menos Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras subtraído do Passivo Circulante menos Empréstimos e Financiamentos e Dividendos a pagar.

(2) Capital Empregado: Capital de Giro somado Ativo Permanente e Outros Ativos de Longo Prazo, descontando Imposto de renda e contribuição social diferido.

(3) Dívida Líquida é equivalente à posição total de endividamento oneroso ao final de um período, subtraída da posição de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo.

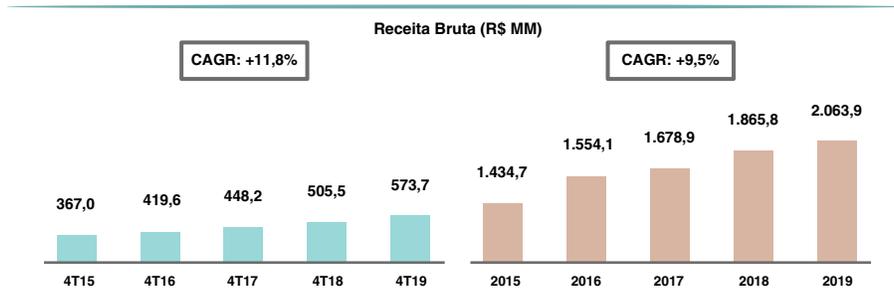
(4) Descontando os impactos do IFRS 16 / CPC 06 (R2).

RECEITA BRUTA

A receita bruta da Companhia atingiu R\$ 573,7 milhões neste trimestre, crescimento de 13,5% em relação ao 4T18. Dentre os principais fatores que resultaram nesse crescimento, destacam-se:

- Crescimento de 52,8% da Operação nos Estados Unidos;
- Crescimento de 51,2% do canal *Web Commerce*;
- Crescimento de 16,5% da marca Anacapri e de 13,2% da Schutz;
- Crescimento de 10,6% do canal de Franquias.

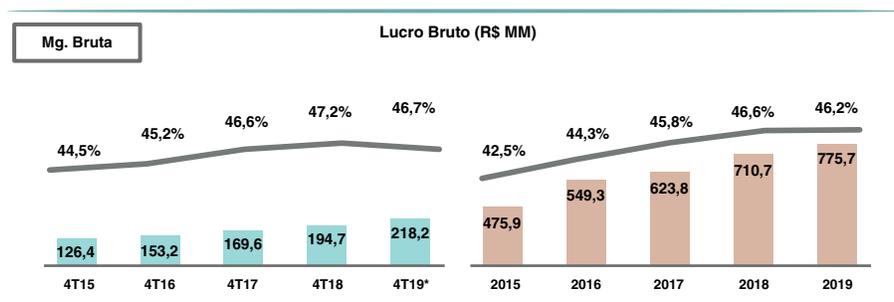




LUCRO BRUTO (PRO-FORMA)

O lucro bruto ajustado do 4T19 totalizou R\$ 218,2 milhões, crescimento de 12,1% ante 4T18, com retração de 50 bps na margem bruta, que alcançou 46,7% no 4T19.

Dentre os fatores responsáveis pela margem bruta, destaca-se negativamente a menor representatividade do canal de Lojas Próprias no *mix*, devido aos repasses de 10 lojas para franqueados com mudança de venda “*sell out*” para venda “*sell in*” ao longo de 2018 e 2019.



Lucro Bruto antes da adoção do IFRS 16 / CPC 06 (R2)

DESPESAS OPERACIONAIS (PRO-FORMA)

A Arezzo&Co permanece fiel à sua política de desenvolvimento de marcas, e grande parte das despesas apresentadas a seguir refletem o investimento em novas marcas e em novos mercados/geografias.

Despesas Comerciais

No 4T19 houve uma expansão de 18,9% das despesas comerciais quando comparadas ao 4T18, alcançando R\$ 115,5 milhões. Vale ressaltar que as despesas comerciais incluem:

(i) despesas de Lojas Próprias e *Web Commerce* (canais de “*sell out*”), que somaram R\$ 35,2 milhões – retração de 3,0% em relação ao 4T18 – abaixo do crescimento de 51,2% do canal de *Web Commerce* e em linha com a menor relevância do canal de lojas próprias no *mix*.

(ii) despesas de Vendas, Logística e Suprimentos, que somaram R\$ 80,3 milhões - aumento de 31,9% em relação ao 4T18. Destacam-se aqui os gastos incrementais relacionados ao investimento na operação norte-americana, cujas receitas deverão trazer maior alavancagem operacional ao longo dos próximos trimestres. Além disso, destacam-se também investimentos no projeto piloto de RFID na marca Schutz e despesas relacionadas à integração da marca Vans®.

Despesas Gerais e Administrativas

No 4T19, as despesas gerais e administrativas somaram R\$ 52,2 milhões, aumento de 37,3% em relação ao 4T18, parcialmente explicado pelo maior nível de atingimento de métricas de participação de resultados da Companhia e despesas legais associadas, em decorrência da recuperação de créditos fiscais. Além disso, as despesas também foram impactadas por ações trabalhistas não recorrentes.

*Despesas antes da adoção do IFRS 16 / CPC 06 (R2)

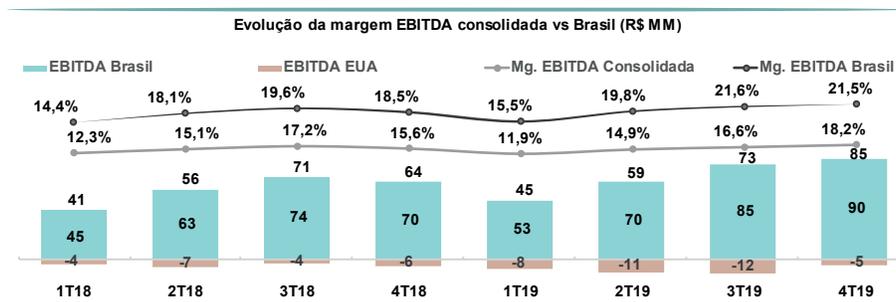
EBITDA E MARGEM EBITDA (PRO-FORMA)

A Companhia atingiu EBITDA de R\$ 85,2 milhões no 4T19, com margem de 18,2% e um aumento de 32,8% em relação aos resultados apresentados no 4T18. Dentre os principais fatores, destacam-se:

- Crescimento de 13,4% na receita líquida ante o mesmo período do ano anterior;
- Crescimento de 12,1% no lucro bruto (pressão de 50bps na margem bruta);
- Excluindo a operação nos EUA, a margem EBITDA consolidada da Companhia seria 331 bps superior;
- Desconsiderando elementos de natureza não-recorrente auferidos no 4T18 e 4T19, a margem EBITDA Brasil teria sido 40 bps inferior.

	4T19			4T18			2019			2018		
	&Co	Brasil	EUA	&Co	Brasil	EUA	&Co	Brasil	EUA	&Co	Brasil	EUA
Receita Líquida	467,7	419,1	48,5	412,2	380,0	32,2	1.679,3	1.509,3	170,0	1.526,6	1.423,5	103,2
EBITDA	85,1	90,2	(5,0)	64,1	70,2	(6,1)	261,9	298,5	(36,5)	232,2	253,1	(20,9)
Mg. EBITDA	18,2%	21,5%	-	15,6%	18,5%	-	15,6%	19,8%	-	15,2%	17,8%	-
Impacto EUA		331 bps			292 bps			418 bps			257 bps	

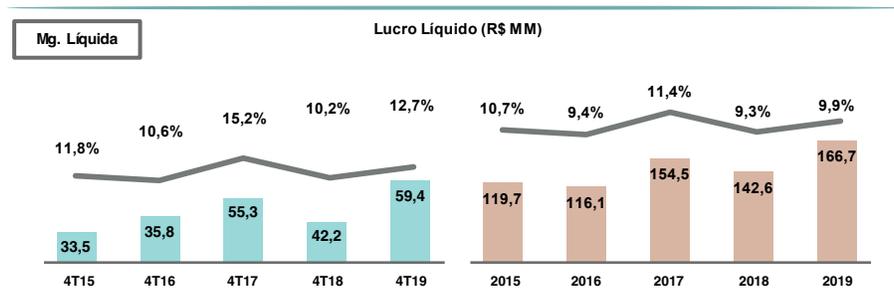
Valores em R\$ MM



EBITDA antes da adoção do IFRS 16 / CPC 06 (R2)

LUCRO LÍQUIDO E MARGEM LÍQUIDA (PRO-FORMA)

O lucro líquido do período somou R\$ 59,4 milhões, sendo 40,6% acima em relação ao 4T18, com impacto positivo proveniente da recuperação de créditos fiscais. A Companhia apresentou margem líquida ajustada de 12,7% no 4T19, 250bps superior ao mesmo período do ano anterior.



Lucro Líquido antes da adoção do IFRS 16 / CPC 06 (R2)

GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL

A Arezzo&Co gerou R\$ 61,5 milhões de caixa operacional no 4T19, associado a um LAIR superior no período e ao maior volume de depreciação e amortizações (efeitos do IFRS-16) frente ao 4T18.

Geração de caixa operacional	4T19	4T18	2019	2018
Lucro líquido	58.655	42.243	162.139	142.644
Imposto de renda e contribuição social	12.738	5.549	42.785	27.354
Depreciações e amortizações	20.271	13.002	80.322	40.882
Outros	(9.806)	(8.916)	5.348	1.872
Decréscimo (acrécimo) de ativos/passivos	(14.165)	(2.104)	(50.887)	(66.170)
Contas a receber de clientes	3.938	2.248	(27.753)	(47.759)
Estoques	(585)	(4.921)	(33.208)	(39.845)
Fornecedores	(13.216)	(17.424)	29.496	5.705
Variação de outros ativos e passivos circulantes e não circulantes	(4.302)	17.993	(19.422)	15.729
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(6.241)	(14.750)	(34.825)	(28.746)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	61.452	35.024	204.882	117.836

INVESTIMENTOS - CAPEX

Os investimentos da Companhia possuem três naturezas:

- i) Investimentos em expansão e reforma de pontos de venda próprios no Brasil;
- ii) Investimentos corporativos que incluem TI, instalações, showrooms e escritórios no Brasil; e
- iii) Outros investimentos, principalmente relacionados à operação norte-americana e à operação industrial.

No 4T19, a Arezzo&Co investiu R\$ 22,0 milhões em CAPEX, com destaque para:

Operação Brasil: (i) investimento na área de Transformação Digital, tais como BI e integração de canais, (ii) investimentos no piloto do projeto RFID na marca Schutz e (iii) adequações no Centro de Distribuição em Cariacica – ES para a incorporação da marca Vans®.

Operação Estados Unidos: (i) valores residuais da abertura da loja da Alexandre Birman em Dallas, (ii) investimentos em integração de sistemas e no Web Commerce das marcas e (iii) reforma da loja da Schutz na Madison Avenue em Nova York.

Sumário de investimentos	4T19	4T18	ΔΔ 19 x 18 (%)	2019	2018	Δ 19 x 18 (%)
CAPEX total	22.042	12.648	74,3%	65.608	48.614	35,0%
Lojas - expansão e reformas	215	1.433	(85,0%)	8.096	10.796	(25,0%)
Corporativo	19.698	4.133	376,6%	33.484	20.257	65,3%
Outros	2.129	7.082	(69,9%)	24.028	17.561	36,8%

POSIÇÃO DE CAIXA E ENDIVIDAMENTO

A Companhia encerrou o 4T19 com caixa líquido de R\$ 96,9 milhões. No período, a política de endividamento se manteve conservadora, apresentando como principais características:

- Endividamento total de R\$ 180,8 milhões no 4T19 ante R\$ 111,4 milhões no 4T18;
- Caixa líquido de 0,4x frente a 0,5x no 4T18.

Posição de caixa e endividamento	4T19	3T19	4T18
Caixa e equivalentes de caixa	277.683	275.344	235.801
Dívida total	180.784	189.092	111.418
Curto prazo	158.222	183.678	43.978
% dívida total	87,5%	97,1%	39,5%
Longo prazo	22.562	5.414	67.440
% dívida total	12,5%	2,9%	60,5%
Caixa líquido	96.899	86.252	124.383

ROIC - RETORNO SOBRE O CAPITAL INVESTIDO (PRO-FORMA)

O retorno sobre o capital investido (ROIC) pro-forma atingiu o patamar de 28,3% frente a 29,2% no 4T18, principalmente devido à elevação dos patamares de capital de giro ocasionada, por sua vez, por um maior volume de estoques decorrente do crescimento da operação e incorporação do estoque da marca Vans®. Além disso, o capital de giro também foi impactado por um maior volume de impostos a recuperar.

Resultado operacional	4T19	4T19 Pró-forma	4T18	4T17	ΔΔ 19 x 18 Reportado	ΔΔ 19 x 18 Pró-Forma
EBIT (LTM)	223.102	222.352	191.280	173.633	16,6%	16,2%
+ IR e CS (LTM)	(42.787)	(42.787)	(27.354)	(28.463)	56,4%	56,4%
NOPAT	180.315	179.565	163.926	145.170	10,0%	9,5%
Capital de giro ¹	419.220	459.342	412.461	342.283	1,6%	11,4%
Ativo permanente	382.146	177.679	153.693	149.754	148,6%	15,6%
Outros ativos de longo prazo ²	34.756	34.756	31.847	33.375	9,1%	9,1%
Capital empregado	836.122	671.777	598.001	525.412	39,8%	12,3%
Média do capital empregado³	717.062	634.889	561.707		27,7%	13,0%
ROIC⁴	25,1%	28,3%	29,2%			

(1) Capital de Giro: Ativo Circulante menos Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras subtraído do Passivo Circulante menos Empréstimos e Financiamentos e Dividendos a pagar.

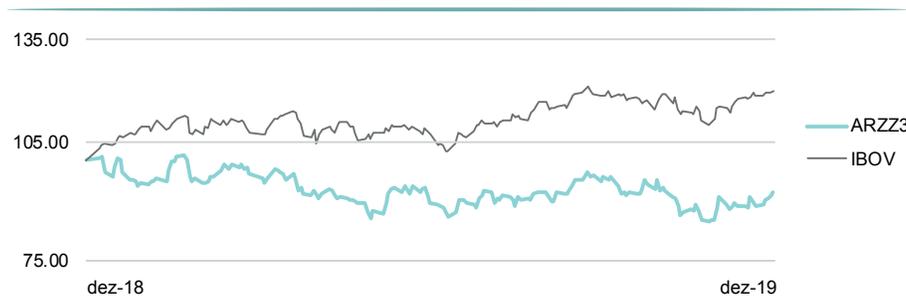
(2) Descontados do IR e Contribuição Social diferidos.

(3) Média de capital empregado no período e no mesmo período do ano anterior.

(4) ROIC: NOPAT dos últimos 12 meses dividido pelo capital empregado médio.

4. MERCADO DE CAPITAIS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em 30 de dezembro de 2019, a capitalização de mercado da Companhia era de R\$ 5,82 bilhões (cotação R\$ 64,00), crescimento de 16,2% quando comparado ao mesmo período de 2018.



Arezzo&Co

Ações emitidas	90.954.280
Ticker	ARZZ3
Início de negócios	02/02/2011
Cotação (30/12/2019)	64,00
Market Cap	5.821.073.920

Desempenho

2011 ¹	20%
2012 ²	71%
2013 ³	(24%)
2014 ⁴	(9%)
2015 ⁵	(22%)
2016 ⁶	27%
2017 ⁷	118%
2018 ⁸	(2%)
2019 ⁹	16%

(1) Período de 02/02/2011 até 29/12/2011

(2) Período de 29/12/2011 até 28/12/2012

(3) Período de 28/12/2012 até 30/12/2013

(4) Período de 30/12/2013 até 30/12/2014

(5) Período de 30/12/2014 até 30/12/2015

(6) Período de 04/01/2016 até 29/12/2016

(7) Período de 01/01/2017 até 28/12/2017

(8) Período de 01/01/2018 até 28/12/2018

(9) Período de 01/01/2019 até 30/12/2019

A fim de garantir maior previsibilidade e transparência, a Companhia possui uma política de distribuição semestral de proventos aos seus acionistas.



Data de Referência	Data de Pagamento	Proventos	R\$	Valor bruto por ação ordinária (R\$)
2018	15/01/2019	JSCP	R\$ 0,23099332338	R\$ 20.847.214,20
2019	02/04/2019	Dividendos	R\$ 0,83102226964	R\$ 75.000.000,00
2019	15/10/2019	Dividendos	R\$ 0,19641373027	R\$ 17.726.395,92
2019	25/07/2019	JSCP	R\$ 0,22379624077	R\$ 20.343.561,91
2019	15/10/2019	Dividendos	R\$ 0,07997447187	R\$ 7.273.604,00

(1) Sujeitos à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, exceto para os acionistas comprovadamente isentos ou imunes, ou acionistas domiciliados em países ou jurisdições para os quais a legislação estabeleça alíquota diversa.

Também se estabelece que a Companhia deve distribuir proventos, inclusive Juros Sobre Capital, Dividendos entre outros, equivalentes a pelo menos 25% do Lucro Líquido do exercício aos acionistas. Para mais informações sobre a política de proventos da Arezzo&Co, favor consultar: www.arezco.com.br.

5. RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Os trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras da Arezzo&Co relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram realizados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwCAI"). Os serviços realizados pela PwCAI para a Companhia, em 2019, ligados à atividade de auditoria ou revisão, podem ser resumidos como segue:

- Auditoria completa, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019;
- Revisões das Informações Trimestrais (ITRs) da Companhia de 31 de março, de 30 de junho e 30 de setembro de 2019; e
- Revisão dos demonstrativos gerenciais dos Fundos de Propaganda da Arezzo, da Schutz e da Anacapri para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Os honorários relativos aos serviços acima estão estimados R\$ 451.347,00

A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa visa evitar o conflito de interesses, e se fundamenta nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente e consistem, basicamente, de acordo com as normas internacionais atuais em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia; (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia; e (d) o auditor não presta quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.

O auditor independente declara que serão comunicados todos os relacionamentos e outros assuntos existentes entre o Auditor Independente, ou outras firmas membros da sua organização e a Empresa que, de acordo com seu julgamento profissional, podem estar, razoavelmente, relacionados com a independência (incluindo honorários totais cobrados por serviços relacionados à auditoria, ou não, prestados pelo Auditor Independente) e as salvaguardas relacionadas que tiverem sido aplicadas a fim de eliminar ameaças identificadas à independência ou reduzi-las a um nível aceitável.

6. RELAÇÕES COM INVESTIDORES – RI

Acionistas, analistas, e o mercado em geral têm a sua disposição informações atualizadas sobre a Companhia disponíveis no website de RI, www.arezoco.com.br, e nas páginas da CVM, www.cvm.gov.br, e BM&FBOVESPA, www.bmfbovespa.com.br.

Para mais informações, o contato direto com o Departamento de RI pode ser feito por meio do e-mail ri@arezoco.com.br ou por telefone: (11) 2132-4300.

7. DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Nos termos da Instrução CVM Nº 480/09, os diretores da Arezzo Indústria e Comércio S.A declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras do período encerrado em 31 de dezembro de 2019 e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

AVISO IMPORTANTE

Informações contidas neste documento podem incluir considerações futuras e refletem a percepção atual e perspectivas da diretoria sobre a evolução do ambiente macroeconômico, condições da indústria, desempenho da Companhia e resultados financeiros. Quaisquer declarações, expectativas, capacidades, planos e conjecturas contidos neste documento, que não descrevam fatos históricos, tais como informações a respeito da declaração de pagamento de dividendos, a direção futura das operações, a implementação de estratégias operacionais e financeiras relevantes, o programa de investimento, e os fatores ou tendências que afetem a condição financeira, liquidez ou resultados das operações, são considerações futuras de significado previsto no “U.S. Private Securities Litigation Reform Act” de 1995 e contemplam diversos riscos e incertezas. Não há garantias de que tais resultados venham a ocorrer. As declarações são baseadas em diversos fatores e expectativas, incluindo condições econômicas e mercadológicas, competitividade da indústria e fatores operacionais. Quaisquer mudanças em tais expectativas e fatores podem implicar que o resultado real seja materialmente diferente das expectativas correntes.

As informações financeiras consolidadas da Companhia aqui apresentadas estão de acordo com os critérios do padrão contábil internacional - IFRS, emitido pelo International Accounting Standards Board - IASB, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.



BALANÇO PATRIMONIAL

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e bancos	5	1.686	1.102	13.808	8.501
Aplicações financeiras	6	222.677	209.174	263.875	227.300
Contas a receber de clientes	7	285.679	255.246	413.412	382.728
Dividendos a receber	13	-	15.230	-	-
Estoques	8	63.287	45.320	179.499	150.861
Impostos a recuperar	9	41.953	36.528	90.332	49.370
Outros créditos	10	13.693	12.029	19.739	23.241
Total do ativo circulante		628.975	574.629	980.665	842.001
Ativo não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber de clientes	7	10.402	10.720	10.402	10.720
Partes relacionadas	12	23.736	22.583	-	-
Depósitos judiciais	21	14.669	12.014	21.863	18.402
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.a	15.196	15.746	15.682	17.491
Outros créditos	10	317	545	2.491	2.725
		64.320	61.608	50.438	49.338
Participações societárias	13	298.556	279.480	-	-
Propriedades para investimento		3.017	3.324	3.017	3.324
Imobilizado	14	57.199	26.314	304.082	83.201
Intangível	15	41.380	32.164	75.047	67.168
		400.152	341.282	382.146	153.693
Total do ativo não circulante		464.472	402.890	432.584	203.031
Total do ativo		1.093.447	977.519	1.413.249	1.045.032
Passivo					
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	45.419	8.592	158.222	43.978
Fornecedores	17	121.687	90.545	134.967	110.121
Arrendamento	18	6.826	-	40.145	-
Obrigações fiscais e sociais	20	12.692	15.249	32.906	29.127
Obrigações trabalhistas	19	39.057	29.780	47.297	38.162
Juros sobre o capital próprio	23.b	22.675	18.172	22.675	18.172
Outras obrigações		19.782	11.160	28.447	16.329
Total do passivo circulante		268.138	173.498	464.659	255.889
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	3.839	67.090	22.562	67.440
Arrendamento	18	21.820	-	168.913	-
Partes relacionadas	12	3.795	19.563	1.502	1.443
Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	21	5.508	5.493	9.169	8.385
Provisão para perdas com investimentos	13	43.903	-	-	-
Outras obrigações		373	533	373	533
Total do passivo não circulante		79.238	92.679	202.519	77.801
Total do passivo		347.376	266.177	667.178	333.690
Patrimônio líquido					
Capital social	22.1	352.715	341.073	352.715	341.073
Reserva de capital	22.2	50.733	49.057	50.733	49.057
Reserva de lucros	22.3	308.156	301.476	308.156	301.476
Ações em tesouraria	22.5	(195)	(2.332)	(195)	(2.332)
Outros resultados abrangentes	22.4	6.820	4.342	6.820	4.342
Proposta de distribuição de dividendos	23.a	27.842	17.726	27.842	17.726
Total do patrimônio líquido		746.071	711.342	746.071	711.342
Total do passivo e patrimônio líquido		1.093.447	977.519	1.413.249	1.045.032



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receita operacional líquida	25	1.288.071	1.194.460	1.679.235	1.526.659
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	27	(813.665)	(754.119)	(903.541)	(815.987)
Lucro bruto		474.406	440.341	775.694	710.672
Receitas (despesas) operacionais					
Comerciais	27	(183.082)	(170.107)	(424.366)	(378.922)
Administrativas e gerais	27	(136.463)	(109.695)	(184.012)	(140.865)
Resultado com equivalência patrimonial	13	4.150	9.567	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	30	18.513	(1.595)	55.786	394
Total das receitas (despesas) operacionais		(296.882)	(271.830)	(552.592)	(519.393)
Lucro antes do resultado financeiro		177.524	168.511	223.102	191.279
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	29	(11.813)	(20.538)	(29.646)	(26.633)
Receitas financeiras	29	15.499	21.528	18.344	22.992
Variações cambiais, líquidas	29	(6.112)	(21.820)	(6.874)	(17.640)
Total do resultado financeiro		(2.426)	(20.830)	(18.176)	(21.281)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		175.098	147.681	204.926	169.998
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	11	(14.090)	(10.694)	(42.659)	(31.631)
Diferido	11	1.131	5.657	(128)	4.277
Total do imposto de renda e contribuição social		(12.959)	(5.037)	(42.787)	(27.354)
Lucro líquido do exercício		162.139	142.644	162.139	142.644
Lucro básico por ação - R\$	24	1,7879	1,5851	1,7879	1,5851
Lucro diluído por ação - R\$	24	1,7875	1,5757	1,7875	1,5757

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Lucro líquido do exercício		162.139	142.644	162.139	142.644
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:					
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	22.4	(789)	8.518	(789)	8.518
Hedge de investimento líquido no exterior, líquido de impostos		3.267	(2.190)	3.267	(2.190)
Total dos resultados abrangentes do exercício		164.617	148.972	164.617	148.972

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas	1.498.750	1.385.013	1.948.123	1.776.006
Insumos adquiridos de terceiros	(1.174.612)	(1.075.984)	(1.365.828)	(1.231.331)
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	(1.033.225)	(957.611)	(1.058.147)	(960.572)
Energia, serviços de terceiros e outras despesas	(136.696)	(114.866)	(298.419)	(263.511)
Outros custos de produtos e serviços prestados	(4.691)	(3.507)	(9.262)	(7.248)
Valor adicionado bruto	324.138	309.029	582.295	544.675
Depreciação e amortização	(275.15)	(20.748)	(80.322)	(40.882)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	296.623	288.281	501.973	503.793
Valor adicionado recebido em transferência	45.318	41.294	86.017	48.165
Resultado de equivalência patrimonial e dividendos de investimentos avaliados ao custo	4.150	9.567	-	-
Receitas financeiras, incluindo variação cambial ativa	17.144	25.591	24.720	40.039
Outras receitas (despesas)	24.024	6.136	61.297	8.126
Valor adicionado total a distribuir	341.941	329.575	587.990	551.958
Distribuição de valor adicionado:				
Pessoal	131.971	121.489	208.616	197.320
Salários, benefícios e FGTS	107.659	102.685	184.266	178.443
Participação dos empregados no lucro	18.800	11.072	18.838	11.145
Plano de opções e ações restritas	5.512	7.732	5.512	7.732
Tributos	20.820	12.925	109.717	96.209
Federais	62.232	50.902	110.001	93.687
Estaduais	(42.092)	(38.306)	(2.205)	1.022
Municipais	680	329	1.921	1.500
Remuneração de capitais de terceiros	27.011	52.517	107.518	115.785
Juros	3.719	11.162	6.601	8.448
Aluguéis	7.372	6.096	64.350	54.465
Despesas financeiras, incluindo variação cambial passiva	15.920	35.259	36.567	52.872
Remuneração de capitais próprios	162.139	142.644	162.139	142.644
Juros sobre o capital próprio	38.105	21.001	38.105	21.001
Dividendos	42.354	42.726	42.354	42.726
Reservas de lucros	81.680	78.917	81.680	78.917
Valor adicionado distribuído	341.941	329.575	587.990	551.958

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	162.139	142.644	162.139	142.644
Ajustes às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
Depreciações e amortizações	27.515	20.748	80.322	40.882
Resultado na venda de ativos permanentes	(145)	1.376	(3.251)	(713)
Pagamento de juros sobre empréstimos	(2.779)	(4.861)	(6.468)	(5.049)
Resultado de equivalência patrimonial	(4.150)	(9.567)	-	-
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	15	(633)	784	(481)
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos	10.268	17.995	16.517	15.588
Rendimento de aplicação financeira	(10.853)	(16.304)	(13.614)	(17.664)
Provisão para devedores duvidosos	(3.200)	1.996	(2.610)	2.354
Complemento de provisão para perdas no estoque	4.060	1.840	4.569	2.473
Plano de opções de ações e ações restritas	3.813	5.364	3.813	5.364
Juros sobre arrendamento	944	-	5.608	-
Imposto de renda e contribuição social	12.959	5.037	42.785	27.354
Descrécimo (acrécimo) em ativos				
Contas a receber de clientes	(26.914)	(6.572)	(27.753)	(47.759)
Estoques	(22.027)	(10.893)	(33.208)	(39.845)
Impostos a recuperar	(5.423)	(13.038)	(40.835)	(11.396)
Variação de outros ativos circulantes	(1.434)	3.088	2.306	(1.294)
Depósitos judiciais	(2.655)	541	(3.461)	715
(Decrécimo) acréscimo em passivos				
Fornecedores	31.271	(6.010)	29.496	5.705
Obrigações trabalhistas	9.272	3.308	9.135	3.594
Obrigações fiscais e sociais	3.151	19.347	1.465	18.618
Variação de outros passivos circulantes	8.463	4.959	11.968	5.492
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(14.810)	(10.203)	(34.825)	(28.746)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	179.480	150.162	204.882	117.837
Das atividades de Investimento				
Resultados na venda de imobilizado e intangível (caixa)	500	84	6.126	6.437
Acrécimo do imobilizado e intangível	(33.483)	(20.258)	(65.607)	(48.614)
Aplicações financeiras	(640.739)	(652.041)	(1.090.118)	(1.010.083)
Resgate de aplicações financeiras	635.784	754.892	1.064.190	1.124.496
Recebimento de dividendos	43.418	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	5.480	82.677	(85.409)	72.236
Das atividades de financiamento com terceiros				
Captações de curto prazo	-	-	153.084	70.400
Pagamentos de empréstimos	(28.962)	(67.066)	(88.816)	(155.140)
Contraprestação de arrendamento	(6.609)	-	(46.723)	-
Partes relacionadas	(16.921)	(60.906)	-	-
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(52.492)	(127.972)	17.545	(84.740)
Das atividades de financiamento com acionistas				
Juros sobre o capital próprio	(43.526)	(41.922)	(43.526)	(41.922)
Distribuição de lucros	(100.000)	(73.796)	(100.000)	(73.796)
Créditos (débitos) com sócios	-	-	58	211
Emissão de ações	11.642	10.698	11.642	10.698
Recompra de Ações	-	(3.007)	-	(3.007)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento com acionistas	(131.884)	(108.027)	(131.826)	(107.816)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(184.376)	(235.999)	(114.281)	(192.556)
Aumento (redução) das disponibilidades	584	(3.160)	5.192	(2.483)
Disponibilidades				
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa	-	-	115	829
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	1.102	4.262	8.501	10.156
Caixa mais equivalentes de caixa finais	1.686	1.102	13.808	8.501
Aumento (redução) das disponibilidades	584	(3.160)	5.192	(2.484)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota explicativa	Capital Social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva para investimentos	Reserva de incentivos fiscais	Retenção de lucros	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017		330.375	(1.199)	45.568	43.707	2.683	64.658	178.358	2.796	-	(1.986)	664.960
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	-	142.644	-	142.644
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	22.4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.518	8.518
Hedge de investimento líquido no exterior, líquido de impostos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.190)	(2.190)
Planos baseados em ações	22.2	-	-	5.363	-	-	-	-	-	-	-	5.363
Ações restritas distribuídas		-	1.874	(1.874)	-	-	-	-	-	-	-	-
Emissão de ações	22.1	10.698	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.698
Ações em tesouraria	22.5	-	(3.007)	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.007)
Reservar legal	22.3	-	-	-	7.132	-	-	-	-	(7.132)	-	-
Reserva de incentivos fiscais	22.3	-	-	-	-	-	71.785	-	-	(71.785)	-	-
Destinação:												
Juros sobre capital próprio	23.b	-	-	-	-	-	-	(20.847)	-	(21.001)	-	(41.848)
Dividendos	23.a	-	-	-	-	-	-	(46.000)	(2.796)	(25.000)	-	(73.796)
Dividendo adicional proposto	23.a	-	-	-	-	-	-	-	17.726	(17.726)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		341.073	(2.332)	49.057	50.839	2.683	136.443	111.511	17.726	-	4.342	711.342
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	-	162.139	-	162.139
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	22.4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(789)	(789)
Hedge de investimento líquido no exterior, líquido de impostos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.267	3.267
Planos baseados em ações	22.2	-	-	3.813	-	-	-	-	-	-	-	3.813
Ações restritas distribuídas		-	2.137	(2.137)	-	-	-	-	-	-	-	-
Emissão de ações	22.1	11.642	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.642
Reservar legal	22.3	-	-	-	4.243	-	-	-	-	(4.243)	-	-
Reserva de incentivos fiscais	22.3	-	-	-	-	-	77.437	-	-	(77.437)	-	-
Destinação:												
Juros sobre capital próprio	23.b	-	-	-	-	-	-	-	-	(38.105)	-	(38.105)
Dividendos	23.a	-	-	-	-	-	-	(75.000)	(17.726)	(14.512)	-	(107.238)
Dividendo adicional proposto	23.a	-	-	-	-	-	-	-	27.842	(27.842)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		352.715	(195)	50.733	55.082	2.683	213.880	36.511	27.842	-	6.820	746.071

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



■ Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

A Arezzo Indústria e Comércio S.A. (a “Companhia” ou a “Controladora”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede localizada à Rua Fernandes Tourinho, 147 – sala 402, Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, tendo suas ações negociadas no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob o código ARZZ3 desde 02 de fevereiro de 2011.

A Companhia tem por objeto, juntamente com as suas controladas, a fabricação, o desenvolvimento, a modelagem e o comércio de calçados, bolsas, acessórios e vestuário para o mercado feminino.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia contava com 693 franquias no Brasil e 6 no exterior; 44 lojas próprias no Brasil e 9 lojas próprias no exterior; e um canal “webcommerce” destinado à venda de produtos das marcas Arezzo, Schutz, Anacapri, Alexandre Birman, Fiever e Alme.

O sistema de franquias é controlado pela própria Companhia e as lojas próprias fazem parte das controladas.

Todas as controladas da Companhia são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são as seguintes:

ZZAB Comércio de Calçados Ltda. (“ZZAB”)

A ZZAB tem por objeto o comércio varejista de calçados, bolsas e cintos, possuindo lojas nas cidades de Cajamar/SP, São Roque/SP, São Paulo/SP, Itupeva/SP, Distrito Federal/DF, Cariacica/ES, Alexânia/GO, Belo Horizonte/MG, Curitiba/PR, Rio de Janeiro/RJ, Duque de Caxias/RJ, Tijuca/SC, Porto Alegre/RS, Gramado/RS e Novo Hamburgo/RS, e abrangendo todas as marcas do Grupo (Controladora e suas Controladas).

ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda. (“ZZSAP”)

A ZZSAP tem por objeto a fabricação e comercialização de sapatos, bolsas e cintos de couro, componentes para calçados, artigos de vestuário, acessórios de moda, bem como a importação e exportação desses produtos.

ZZEXP Comercial Exportadora S.A. (“ZZEXP”)

A ZZEXP tem por objeto a exportação de sapatos, bolsas e cintos de couro, artigos de vestuário, acessórios de moda do Grupo.

ARZZ International Inc. (“ARZZ Inc.”)

A ARZZ Inc. tem por objeto a comercialização de calçados e intermediação de negócios. A ARZZ Inc. tem participação direta nas empresas ARZZ LLC, Schutz 655 LLC, Schutz Cali e Showroom Itália.

ARZZ LLC

Tem por objeto a comercialização de calçados e intermediação de negócios.

Schutz 655 LLC

Tem por objeto o comércio varejista de calçados, bolsas e cintos, exclusiva da marca Schutz.



Schutz Cali LLC

A Schutz Cali LLC tem por objeto o comércio varejista de calçados, bolsas e cintos, exclusiva da marca Schutz.

Showroom Itália

O Showroom Itália iniciou as operações em 2018 e tem por objeto a exposição e representação de calçados, bolsas e cintos, exclusivamente da marca Alexandre Birman.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1.1. Demonstrações financeiras individuais da Controladora

As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.1.2. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia seguiu as mesmas políticas contábeis e métodos de cálculo tais como foram aplicados nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2018. Exceto pelo CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia não possui transações que sejam afetadas pelas novas normas e interpretações emitidas pelo CPC ou pelo IASB sendo assim, suas políticas contábeis já são consistentes com os novos requerimentos que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo ou pelo valor amortizado.

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia ("Administração") no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em um período não superior a um ano.

As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram autorizadas em Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de fevereiro de 2020.



2.2. Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Controladas	País-sede	Participação total - %			
		2019		2018	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	Brasil	99,99%	-	99,99%	-
ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda.	Brasil	99,99%	-	99,99%	-
ZZEXP Comercial Exportadora S.A.	Brasil	99,99%	-	99,99%	-
ARZZ International INC.	Estados Unidos	100,00%	-	100,00%	-
ARZZ Co. LLC	Estados Unidos	-	100,00%	-	100,00%
Schutz 655 LLC	Estados Unidos	-	100,00%	-	100,00%
Schutz Cali LLC	Estados Unidos	-	100,00%	-	100,00%
ARZZ Itália SRL	Itália	-	100,00%	-	100,00%

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de formação, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio de poder exercido em relação à investida. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Controladora, utilizando políticas contábeis uniformes em todas as empresas consolidadas. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

O resultado do exercício é atribuído integralmente aos acionistas controladores uma vez que a participação dos não controladores representa 0,0001% do consolidado.

2.3. Moeda funcional

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Controladora e moeda de apresentação da Companhia e suas controladas. Cada controlada da Companhia determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do Real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real na data do balanço.

2.4. Transações e saldos em moeda estrangeira

2.4.1. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças estão sendo registradas na demonstração do resultado.

2.4.2. Empresas controladas

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas mensalmente pela taxa de câmbio média dos

períodos. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão de investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda estrangeira designados como *hedge* desses investimentos são reconhecidas no patrimônio líquido.

2.5. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou como principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

I. Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando o controle da propriedade dos produtos for transferido.

II. Receita de royalties

A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis.

III. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.6. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes representam os valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo e estão apresentadas a valores de custo amortizado, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. Caso o prazo de recebimento seja equivalente a um ano ou menos, são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas esperadas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

2.7. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

I. Matérias primas: custo de aquisição segundo o custo médio.



II. Produtos acabados e em elaboração: custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.8. Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, para fins de demonstrações financeiras da Controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da Controladora como equivalência patrimonial, representando o resultado líquido atribuível aos acionistas da Controladora.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da Controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da Controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da Controladora.

2.9. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou formação. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 14 e leva em consideração a vida útil econômica estimada dos bens, conforme segue:

	<u>Vida útil média estimada</u>
Instalações e showroom	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.10. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por direitos de uso de softwares, marcas e patentes e direitos de uso de lojas.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Os gastos com pesquisa são registrados como despesa quando incorridos.

2.11. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.



A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento e nos exercícios de 2019 e 2018 não transacionou operações de longo prazo (e tampouco relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas.

2.13. Provisões

2.13.1. Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

2.13.2. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.14. Tributação

2.14.1. Impostos sobre vendas

Receitas e despesas são reconhecidas líquidas dos impostos sobre vendas, exceto:

- I. Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- II. Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- III. Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e serviços da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7,00% a 19,00%
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS - Programa de Integração Social	1,65%
INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social	1,50%
State Sales Tax (Estados Unidos)	0% a 8,875%

Na demonstração do resultado, as vendas são apresentadas líquidas destes tributos.

2.14.2. Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para



calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

No Brasil, principal país em que a Companhia opera, a tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Dessa forma, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

O imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

2.14.3. Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

I. Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

II. Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

I. Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

II. Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.



Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.15. Outros benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social - INSS, férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros, plano de opções de ações e plano de ações restritas. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

2.16. Lucro por ação

A Companhia efetua o cálculo do lucro básico por ação utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias totais em circulação durante o período correspondente ao resultado, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). O lucro diluído por ação também é calculado por meio da referida média de ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações com efeito diluidor, nos exercícios apresentados.

2.17. Demonstrações dos fluxos de caixa e Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 R2 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC (IASB).

A demonstração do valor adicionado (DVA) não é requerida pelas IFRS, sendo apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes.

2.18. Instrumentos financeiros

2.18.1. Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos financeiros não contabilizados ao valor justo por meio do resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa, contas a receber de clientes e aplicações financeiras. Esses ativos foram classificados nas categorias de custo amortizado e ativos financeiros a valor justo por meio de resultado, respectivamente.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Esses passivos foram classificados na categoria de custos amortizados.

2.18.2. Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a sua classificação, sendo os ativos e passivos financeiros da Companhia classificados nas seguintes categorias:



I. Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- a) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- b) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

II. Ativos e passivos financeiros a custo amortizado

O ativo financeiro ou passivo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- a) o ativo financeiro ou passivo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter instrumentos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- b) os termos contratuais do ativo financeiro ou passivo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

III. Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

O ativo financeiro e passivo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

2.19. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido *por hedge*.

Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado.

2.20. Informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades no desenvolvimento e na comercialização de calçados femininos, bolsas e acessórios a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os produtos da Companhia estão representados por seis marcas (Arezzo, Schutz, Alexandre Birman, Anacapri, Fiever e Alme), e embora sejam comercializados através de diferentes canais de distribuição (lojas monomarcas, que compreendem as lojas próprias, franquias e webcommerce, e as lojas multimarcas) não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

2.21. Pagamento baseado em ações

2.21.1. Plano de opções de ações

A Companhia aprovou um plano de opção de compra de ações para administradores e executivos selecionados, ofertando a eles a possibilidade de adquirir ações da Companhia na forma e condições descritas no plano. O valor justo das opções outorgadas de compra de ações é calculado na data da respectiva outorga com e a despesa é registrada em uma base “pro rata temporis”, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção. O detalhamento do programa da Companhia se encontra na Nota 32.

2.21.2. Plano ações restritas

A Companhia aprovou um plano de ações restritas para administradores, executivos e empregados selecionados da Companhia ofertando a eles as ações restritas na forma e condições descritas no plano. A despesa é registrada em uma base “pro rata temporis” que se inicia na data da outorga, até a data em que a Companhia transfere o direito das ações ao beneficiário. A despesa corresponde a quantidade de ações concedidas multiplicadas pelo valor justo da ação na data da outorga, bem como a provisão dos encargos. O detalhamento do programa da Companhia se encontra na Nota 32.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

3.1. Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e reconhecidas prospectivamente.

3.2. Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

I. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

II. Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis

consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

III. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

IV. Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações a serem liquidadas com ações baseada no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados e premissas mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção e da ação, volatilidade e taxa de juros livre de risco. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 32.

V. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para todas as causas cuja probabilidade de perda seja estimada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

4. PRONUNCIAMENTOS NOVOS OU REVISADOS

I. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

A partir de 1º de janeiro de 2019 as políticas contábeis, no que se refere as operações de arrendamento mercantil, estão consistentes com os novos pronunciamentos do CPC e IFRS (CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil e com a interpretação ICPC 22/IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre lucro.

4.1. CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil

O IASB (International Accounting Standards Board) emitiu, em janeiro de 2016, a nova norma de arrendamento mercantil, o IFRS 16 equivalente ao CPC 06 (R2) nas normas brasileiras de contabilidade alterando de forma significativa a maneira como os arrendatários deverão reconhecer e mensurar os contratos de arrendamento.

Como resultado da adoção da nova norma, com algumas poucas exceções, todos os arrendamentos passarão a ser reconhecidos no balanço patrimonial do arrendatário, sendo registrados:

- Um passivo para pagamentos futuros; e
- Um ativo de direito de uso.

Desse modo as despesas de arrendamento serão contabilizadas como despesas de juros e amortização. Por consequência, a despesa total de arrendamento será maior nos primeiros anos do contrato, e os elementos variáveis dos pagamentos de arrendamento não serão considerados no cálculo do passivo, sendo estes registrados como despesa operacional.

A definição de arrendamento, a partir de agora, abrange todos os contratos que dão direito a uso e controle de um ativo identificável, incluindo contratos de locação e, potencialmente, alguns componentes de contratos de prestação de serviços.

O CPC 06 (R2) entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, com 2 (duas) opções para aplicação inicial: a adoção retrospectiva ou adoção modificada.

Desta forma, a Companhia fez a transição utilizando a abordagem retrospectiva modificada simples, ou seja, aplicou os requerimentos da norma de arrendamento mercantil a todos os seus contratos existentes na data de aplicação inicial. Sendo assim, não rerepresentaremos informações e saldos em base comparativa.

A nova norma fornece expedientes práticos cuja eleição é opcional. A Companhia adotou as seguintes políticas contábeis na transição:

- A Companhia não reavaliou se o contrato é ou contém arrendamento na data da aplicação inicial. Em vez disso, aplicou a norma aos contratos que foram anteriormente identificados como arrendamento, utilizando o CPC 06 (R2), (IAS 17) e a ICPC 03 (IFRIC 4);
- A Companhia optou por não separar componentes de não arrendamento de componentes de arrendamento, considerando-os, então, como um único componente de arrendamento;
- A Companhia não registrou os contratos os quais o prazo do arrendamento termina dentro de 12 meses a contar da data da aplicação inicial da norma;
- A Companhia não registrou os contratos os quais o ativo subjacente é de baixo valor quando novo, adotando para tal um valor de R\$ 20 (vinte mil reais);
- A Companhia excluiu custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial;
- A Companhia fez uso da percepção tardia, tal como ao determinar o prazo do arrendamento, se o contrato contém opções para prorrogar ou rescindir o arrendamento, dentre outros; e

Conforme Ofício Circular 02/19 divulgado em 18 de dezembro de 2019 pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, a Companhia aplicou uma taxa de desconto nominal à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como os arrendamentos com prazo de arrendamento remanescente similar para uma classe similar

de ativo subjacente em ambiente econômico similar - “portfólios”). Por este motivo, apresenta um intervalo de 1,8% a 6,9%, sendo o passivo de arrendamento considerado bruto de Pis e Cofins e o reconhecimento dos créditos com base nos pagamentos das contraprestações.

Os impactos da aplicação desta nova norma estão demonstradas nas notas 14 – Imobilizado e 18 – Operações de arrendamento mercantil.

4.2. ICPC 22 (IFRIC 23) – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre lucro

A interpretação ICPC 22/IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre lucro esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Administração da Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação. A interpretação foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2019.

Na avaliação da Companhia, não há impactos significativos em decorrência da interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

5. CAIXA E BANCOS

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa	450	283	1.175	1.168
Bancos	1.236	819	12.633	7.333
Total de caixa e bancos	1.686	1.102	13.808	8.501

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Circulante				
Renda fixa (a)	4.845	3.149	5.393	3.443
Fundo de investimento exclusivo				
CDB	2.984	21.109	3.540	22.936
Letras financeiras (CEF)	40.784	41.155	48.395	44.717
Letras financeiras do tesouro	174.064	143.761	206.547	156.204
Total das aplicações financeiras	222.677	209.174	263.875	227.300

(a) Incluem certificados de depósitos bancários (CDB) e investimentos em títulos.

Fundo de investimento exclusivo

O fundo de investimento ZZ Referenciado DI Crédito Privado é um fundo de renda fixa de crédito privado sob gestão, administração e custódia do Banco Santander S.A. Não há prazo de carência para resgate de quotas, que podem ser resgatadas sem risco de perda significativa. O fundo de investimento não tem obrigações financeiras significativas. As obrigações financeiras limitam-se às taxas de gestão de ativos, às taxas de custódia, às taxas de auditoria e a às despesas.

O fundo é exclusivamente para o benefício da Companhia e de suas controladas. Desta forma, de acordo com a instrução CVM 408/04, a aplicação financeira no fundo de investimento no qual a Companhia tem participação exclusiva foi consolidada.

Em 31 de dezembro de 2019, a remuneração média dos investimentos do fundo e aplicações é de 98,83% do CDI (99,00% em 31 de dezembro de 2018). Os ativos são compostos em 74% por Letras Financeiras do Tesouro - LFT e 82,57% dos ativos possuem liquidez diária.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha (assim compreendido as 10 maiores instituições do país) e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possui aplicações dadas em garantia junto a instituições financeiras.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Cientes nacionais				
Duplicatas a receber	292.542	259.932	298.350	265.141
Duplicatas a receber - partes relacionadas (nota 12a)	1.580	355	-	-
Cientes estrangeiros				
Duplicatas a receber	3.574	10.493	54.242	58.861
Duplicatas a receber - partes relacionadas (nota 12a)	23.736	22.583	-	-
Outros				
Cheques	24	25	80	96
Cartões de crédito	-	-	73.775	74.593
	321.456	293.388	426.447	398.691
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.639)	(4.839)	(2.633)	(5.243)
Total do contas a receber	319.817	288.549	423.814	393.448
Circulante	285.679	255.246	413.412	382.728
Não Circulante	34.138	33.303	10.402	10.720

As políticas de vendas para os clientes estão subordinadas às políticas de crédito fixadas pela Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Destaca-se que os clientes de varejo têm suas operações preponderantemente representadas nas contas de “cartões de créditos” e as operações decorrentes de representações comerciais e distribuidores (franquias), que possuem relacionamento estruturado com a Companhia, estão representadas pela conta de “duplicatas - clientes nacionais”.

A composição das contas a receber (clientes estrangeiros) por moeda é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
USD	27.299	33.012	51.045	55.488
EUR	11	64	3.197	3.373
	27.310	33.076	54.242	58.861

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo no início do exercício	(4.839)	(2.843)	(5.243)	(2.889)
Adições/reversões	(2.180)	(3.826)	(2.770)	(4.184)
Realizações	5.380	1.830	5.380	1.830
Saldo no final do exercício	(1.639)	(4.839)	(2.633)	(5.243)



A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
A vencer	307.843	273.938	413.327	379.240
Vencido até 30 dias	4.656	2.079	4.656	2.079
Vencido de 31 a 60 dias	2.614	2.494	2.614	2.494
Vencido de 61 a 90 dias	1.734	10.099	1.734	10.099
Vencido de 91 a 180 dias	974	3.430	974	3.430
Vencido de 181 a 360 dias	1.824	572	1.331	572
Vencido há mais de 360 dias	1.811	776	1.811	777
	321.456	293.388	426.447	398.691

Dado o contexto do cenário econômico atual e baseado em análises de crédito, a Companhia realizou algumas negociações comerciais para alongamento de prazo. De forma complementar, houve um reforço nos critérios da análise de crédito e de garantias reais a fim de reduzir o risco de crédito da Companhia. Tais negociações estão documentadas por instrumentos jurídicos específicos, composições de garantias e atualização dos valores com taxas atreladas ao CDI. A composição das contas a receber por idade de vencimento acima apresentada considera os termos destas negociações.

A Companhia efetua avaliação de risco do contas a receber periodicamente e reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 uma provisão adicional de R\$ 2.770 (R\$ 4.184 em 31 de dezembro de 2018) e R\$ 9.299 (R\$ 5.079 em 31 de dezembro de 2018) referentes perdas no recebimento de crédito, classificado em despesas comerciais. Assim a Administração entende que o saldo da provisão é suficiente para cobrir os riscos do contas a receber.

8. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Produtos acabados	60.119	39.781	157.622	126.041
Matérias primas	4.060	5.348	17.480	18.108
Produtos em elaboração	-	-	6.219	6.297
Adiantamentos a fornecedores	4.825	3.051	5.631	4.502
(-) Provisão para perdas	(5.717)	(2.860)	(7.453)	(4.087)
Total dos estoques	63.287	45.320	179.499	150.861

As matérias primas destinam-se ao desenvolvimento de novos produtos e coleções e a produção de calçados na controlada ZZSAP. Os produtos em elaboração referem-se substancialmente aos calçados que se encontram em fase de fabricação na controlada ZZSAP. Os produtos acabados são compostos, principalmente, de calçados e bolsas para formação de estoques estratégicos para reposição imediata aos clientes e para venda nas lojas próprias e webcommerce.

A movimentação da provisão para perdas está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo no início do período	(2.860)	(2.954)	(4.087)	(3.548)
Adições/reversões	(4.060)	(1.840)	(4.569)	(2.473)
Realizações	1.203	1.934	1.203	1.934
Saldo no final do período	(5.717)	(2.860)	(7.453)	(4.087)



9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
ICMS a recuperar	9.243	6.881	14.560	12.506
Antecipação de IRPJ	24.794	24.837	25.380	25.129
Antecipação de CSLL	6.789	4.431	6.924	4.547
Pis e Cofins a recuperar	3	-	39.851	4.313
IPI a Recuperar	-	-	1.425	1.021
Outros	1.124	379	2.192	1.854
Total dos impostos a recuperar	41.953	36.528	90.332	49.370

10. OUTROS CRÉDITOS

	2019	2018	2019	2018
Adiantamento ao fundo de propaganda (a)	7.163	5.031	7.163	5.031
Adiantamento a franqueados	623	623	623	623
Adiantamentos a fornecedores	2.130	2.436	2.710	5.444
Adiantamentos a empregados	1.002	974	4.628	8.130
Adiantamentos de viagens	56	202	57	237
Despesas antecipadas	1.290	1.751	1.318	1.774
Outros créditos a realizar	1.746	1.557	5.731	4.727
Total de outros créditos	14.010	12.574	22.230	25.966
(-) Circulante	13.693	12.029	19.739	23.241
Não circulante	317	545	2.491	2.725

(a) Adiantamentos ao fundo de propaganda

Para a propaganda e promoção nacional da rede de franquias da Companhia (“Rede de Franquias Arezzo”, “Rede de Franquias Schutz” e “Rede de Franquias Anacapri”), o franqueado compromete-se a destinar um percentual do valor bruto das suas compras a um fundo de propaganda nacional, denominado “Fundo Cooperativo de Propaganda e Promoção da Rede Arezzo”, “Fundo Cooperativo de Propaganda e Promoção da Rede Schutz” e “Fundo Cooperativo de Propaganda e Promoção da Rede Anacapri”. Os valores correspondentes a este percentual são depositados mensalmente pelos franqueados e destinados ao desenvolvimento de estratégias de marketing e publicidade, incluindo propaganda e promoções exercidas em benefício da divulgação da Rede de Franquias Arezzo, Rede de Franquias Schutz e Rede de Franquias Anacapri, bem como para custeio de fornecedores de criação e desenvolvimento de campanhas, além de qualquer outra atividade relacionada à propaganda e promoção em nível nacional. Os valores arrecadados são administrados pela franqueadora e a prestação de contas da destinação dos valores é realizada anualmente. Durante o exercício, a Companhia efetua antecipações para honrar com a totalidade dos compromissos do fundo de propaganda.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos diferidos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Bases de cálculo IRPJ e CSLL diferidos				
Lucro não realizado nos estoques	20.732	18.877	20.732	18.877
Provisão variação cambial	1.753	1.329	(1.871)	(1.268)
Provisão para perda de estoque	5.717	2.860	6.087	4.087
Provisão de contingências trabalhistas, tributárias e cíveis	5.508	5.693	9.169	8.586
Provisão para perdas com recebimento de créditos	1.887	5.457	1.887	5.457



	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Provisão para plano de ações	4.879	3.369	4.879	3.369
Provisão para comissões	3.461	2.954	3.461	2.954
Prejuízo fiscal	-	-	-	3.144
Variação cambial - hedge	-	4.951	-	4.951
Outras provisões	757	823	1.781	1.286
Ativo fiscal diferido	44.694	46.313	46.125	51.443
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.196	15.746	15.682	17.491

O imposto de renda pessoa jurídica (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”) diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, sobre a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos, passivos e valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Sobre diferenças temporárias	16.877	14.065	17.363	15.534
Sobre ajuste de avaliação patrimonial - Hedge	(1.681)	1.681	(1.681)	1.681
Sobre prejuízos fiscais e bases negativas de cálculo da contribuição social	-	-	-	276
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos (i)	15.196	15.746	15.682	17.491

(i) Crédito tributário diferido decorrente de diferenças temporárias dedutíveis, principalmente sobre provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis, e sobre prejuízos fiscais e bases negativas de cálculo da contribuição social em controlada.

A seguir demonstramos a reconciliação do ativo fiscal diferido:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo de abertura	15.746	8.408	17.491	11.533
Despesa de imposto reconhecida no resultado	1.131	5.657	(128)	4.277
Imposto de renda diferido reconhecido em outros resultados abrangentes	(1.681)	1.681	(1.681)	1.681
Saldo no final do exercício	15.196	15.746	15.682	17.491

Os estudos e projeções efetuados pela Administração da Companhia indicam geração de resultados positivos futuros, em montante que possibilita a compensação futura dos créditos tributários nos próximos anos.

Com base nas projeções de resultados tributáveis futuros, a estimativa de recuperação do saldo ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos encontra-se demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
2019	-	8.266	-	9.107
2020	6.868	3.740	7.114	4.192
2021	4.164	3.740	4.284	4.192
2022	4.164	-	4.284	-
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	15.196	15.746	15.682	17.491



b) Reconciliação entre a despesa de IRPJ e CSLL pela alíquota nominal e pela efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	175.098	147.681	204.926	169.998
Alíquota vigente	34,0%	34,0%	34,0%	34,0%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(59.533)	(50.212)	(69.675)	(57.799)
IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízos não constituídos em empresas controladas	-	-	(22.340)	(15.675)
Efeito do IRPJ e CSLL sobre diferenças permanentes:				
Benefício dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica - Lei nº 11.196/05	9.190	8.060	9.190	8.060
Equivalência patrimonial	1.411	3.253	-	-
Juros sobre capital próprio	12.956	14.229	12.956	14.229
Subvenções governamentais (i)	25.122	19.725	30.078	24.407
Despesa com planos baseados em ações	(1.099)	(1.222)	(1.099)	(1.222)
Incentivos fiscais (PAT, Lei Rouanet, outros)	498	269	836	399
Outras diferenças permanentes	(1.504)	861	(2.733)	247
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(12.959)	(5.037)	(42.787)	(27.354)
Corrente	(14.090)	(10.694)	(42.659)	(31.631)
Diferido	1.131	5.657	(128)	4.277
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(12.959)	(5.037)	(42.787)	(27.354)
Taxa efetiva	7,4%	3,4%	20,9%	16,1%

(i) Incentivos fiscais de ICMS, considerados subvenção para investimento, nos termos da Lei Complementar nº 160/2017, conforme detalhamento apresentado na nota 33.

12. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Saldos e transações com empresas controladas e controladores

	2019					
	Ativo circulante		Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Transações
	Contas a receber	Dividendos	Créditos	Fornecedores	Mútuo	Receitas Compras
Controladora						
ARZZ International INC	-	-	23.736	-	3.795	249 -
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	950	-	-	1.992	-	218.124 4.693
ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda.	196	-	-	(707)	-	507 109.109
ZZEXP Comercial Exportadora S.A.	434	-	-	-	-	180 -
Total da controladora	1.580	-	23.736	1.285	3.795	219.060 113.802
Consolidado						
Acionistas controladores	-	-	-	-	1.502	- -
Total do consolidado	-	-	-	-	1.502	- -



	2018						
	Ativo circulante		Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Transações	
	a receber	Dividendos	Créditos	Fornecedores	Mútuo	Receitas	Compras
Controladora							
ARZZ International INC	-	-	22.583	-	19.563	1.253	-
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	-	-	-	1.792	-	197.843	-
ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda.	149	-	-	-	-	41	100.866
ZZEXP Comercial Exportadora S.A.	206	15.230	-	-	-	37	-
Total da controladora	355	15.230	22.583	1.792	19.563	199.174	100.866
Consolidado							
Acionistas controladores	-	-	-	-	1.443	-	-
Total do consolidado	-	-	-	-	1.443	-	-

b) Natureza, termos e condições das transações - empresas controladas

A Companhia mantém operações com partes relacionadas que são efetuadas em condições comerciais e financeiras, estabelecidas de comum acordo entre as partes. A transação mais comum é a venda de calçados e acessórios da Companhia (Controladora) para as lojas da ZZAB e para a ARZZ International Inc. (controladas) e a aquisição dos mesmos da fabricante ZZSAP (controlada). Desde de setembro de 2016 a ZZEXP (controlada) iniciou operação de compra da ZZSAP e venda para a ARZZ International Inc.

c) Remuneração da Administração

A remuneração da Administração ocorre por meio de pagamento de pró-labore e participação nos lucros e planos baseados em ações. Em 31 de dezembro de 2019 a remuneração total relativa aos benefícios da Administração da Companhia foi de R\$13.257 (R\$12.914 em 31 de dezembro de 2018), como segue:

	2019	2018
Remuneração fixa anual salário/pró-labore	6.763	6.021
Remuneração variável bônus	3.473	3.751
Plano de opções de ações e ações restritas (Nota 32)	3.021	3.142
Total da remuneração	13.257	12.914

As despesas com plano de opções de ações e plano de ações restritas (Nota 32) estão sendo apresentadas como despesa operacional antes do resultado financeiro.

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros para a Administração e seus empregados.

d) Transações ou relacionamentos com acionistas

Alguns diretores e conselheiros da Companhia detêm, de forma direta, uma participação total de 50,8% das ações da Companhia em 31 de dezembro de 2019.

e) Transações com outras partes relacionadas

A Companhia mantém contrato de prestação de serviço com a empresa Ethos Desenvolvimento S/C Ltda., de propriedade do Sr. José Ernesto Beni Bolonha, membro do Conselho de Administração da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 esta empresa recebeu R\$ 630 (R\$ 671 em 31 de dezembro de 2018).

13. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

a) Resumo dos saldos de balanço e resultado das controladas em 31 de dezembro de 2019:

Descrição	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Capital social	Receita líquida	Resultado do exercício
ARZZ International INC	247.340	291.243	(43.903)	127.144	175.597	(65.706)
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	292.513	72.139	220.374	93.614	346.099	35.154
ZZSAP Ind.e Com.de Calçados Ltda.	84.208	28.142	56.066	27.592	138.243	14.662
ZZEXP Comercial Exportadora S.A.	161.923	139.807	22.116	2000	117.657	20.040

b) Saldos de investimentos e equivalência patrimonial:

Descrição	Investimento		Resultado de equivalência patrimonial	
	2019	2018	2019	2018
ARZZ International INC	-	23.513	(65.706)	(46.104)
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	220.374	184.443	35.154	22.648
ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda.	56.066	41.365	14.662	4.962
ZZEXP Comercial Exportadora S.A.	22.116	30.159	20.040	28.061
Total investimento	298.556	279.480	4.150	9.567
ARZZ International INC	(43.903)	-	-	-
Provisão para perda com investimento	(43.903)	-	-	-
Total	254.653	279.480	4.150	9.567

c) Movimentação dos investimentos:

	2019	2018
Saldo no início do exercício	279.480	276.625
Distribuição de dividendos	(28.188)	(15.230)
Equivalência patrimonial	4.150	9.567
Ajuste de avaliação patrimonial	(789)	8.518
Saldo no final do exercício	254.653	279.480

Distribuição de dividendos

Em 02 de maio de 2019, a controlada ZZEXP Comercial Exportadora S.A aprovou a distribuição de dividendos decorrentes da participação detida pela Controladora no montante de R\$ 28.061 de seu lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, ajustado pela constituição de reserva legal conforme preconizado pela legislação societária e pagos em 20 de dezembro de 2019.

14. IMOBILIZADO

Controladora	2019			2018		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Computadores e periféricos	20.297	(13.915)	6.382	16.677	(11.777)	4.900
Móveis e utensílios	10.235	(5.075)	5.160	8.749	(4.232)	4.517
Máquinas e equipamentos	9.502	(5.589)	3.913	8.624	(4.857)	3.767
Instalações e showroom	25.261	(10.998)	14.263	21.888	(8.884)	13.004
Veículos	221	(209)	12	222	(197)	25
Terreno	84	-	84	101	-	101
Direito de uso de bens	34.163	(6.778)	27.385	-	-	-
Total	99.763	(42.564)	57.199	56.261	(29.947)	26.314



Consolidado	2019			2018		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Computadores e periféricos	25.050	(17.234)	7.816	20.873	(14.441)	6.432
Móveis e utensílios	37.607	(16.020)	21.587	29.163	(12.000)	17.163
Máquinas e equipamentos	25.722	(14.360)	11.362	23.745	(12.205)	11.540
Instalações e showroom	105.501	(46.774)	58.727	85.680	(37.739)	47.941
Veículos	234	(223)	11	234	(210)	24
Terreno	84	-	84	101	-	101
Direito de uso de bens	245.097	(40.602)	204.495	-	-	-
Total	439.295	(135.213)	304.082	159.796	(76.595)	83.201

Os detalhes da movimentação do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados a seguir:

Controladora	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Instalações e showroom	Veículos	Terrenos	Direito de uso de imóveis	Total
	Saldos em 31/12/2017	5.040	3.664	4.085	8.626	45	101	-
Aquisições	1.925	2.018	587	6.886	-	-	-	11.416
Depreciação	(2.056)	(752)	(822)	(1.871)	(20)	-	-	(5.521)
Baixas	(9)	(413)	(83)	(637)	-	-	-	(1.142)
Saldos em 31/12/2018	4.900	4.517	3.767	13.004	25	101	-	26.314
Adoção inicial CPC 06(R2)	-	-	-	-	-	-	32.987	32.987
Aquisições	3.625	1.492	878	3.373	-	-	1.258	10.626
Depreciação CPC 06(R2)	-	-	-	-	-	-	(6.796)	(6.796)
Depreciação	(2.141)	(849)	(732)	(2.114)	(13)	-	-	(5.849)
Baixas	(2)	-	-	-	-	(17)	(64)	(83)
Saldos em 31/12/2019	6.382	5.160	3.913	14.263	12	84	27.385	57.199
Taxa média de depreciação	20%	10%	10%	10%	20%	-	-	-

Consolidado	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Instalações e showroom	Veículos	Terrenos	Direito de uso de imóveis	Total
	Saldos em 31/12/2017	6.152	13.176	9.172	38.991	44	101	-
Aquisições	2.952	9.373	4.509	19.819	-	-	-	36.653
Depreciação	(2.669)	(3.193)	(2.038)	(9.223)	(20)	-	-	(17.143)
Baixas	(72)	(2.366)	(103)	(2.805)	-	-	-	(5.346)
Variação cambial	69	173	-	1.159	-	-	-	1.401
Saldos em 31/12/2018	6.432	17.163	11.540	47.941	24	101	-	83.201
Adoção inicial CPC 06(R2)	-	-	-	-	-	-	199.777	199.777
Aquisições	4.241	9.711	1.999	23.318	-	-	41.832	81.101
Depreciação CPC 06(R2)	-	-	-	-	-	-	(40.751)	(40.751)
Depreciação	(2.829)	(4.288)	(2.158)	(11.712)	(13)	-	-	(21.000)
Baixas	(55)	(991)	(19)	(1.519)	-	(17)	(928)	(3.529)
Variação cambial	27	(8)	-	699	-	-	4.565	5.283
Saldos em 31/12/2019	7.816	21.587	11.362	58.727	11	84	204.495	304.082
Taxa média de depreciação	20%	10%	10%	10%	20%	-	-	-

Levando em consideração a relevância do ativo imobilizado em relação às demonstrações financeiras como um todo, a Companhia e suas controladas avaliaram a vida útil-econômica desses ativos e concluíram que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2019.

Durante o exercício, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e conseqüentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.



15. INTANGÍVEL

Controladora	2019			2018		
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Marcas e patentes	5.336	-	5.336	4.686	-	4.686
Direito de uso de lojas (definido)	954	(954)	-	954	(954)	-
Direito de uso de sistemas	118.935	(82.891)	36.044	95.519	(68.041)	27.478
Total	125.225	(83.845)	41.380	101.159	(68.995)	32.164

Consolidado	2019			2018		
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Marcas e patentes	6.494	-	6.494	5.802	-	5.802
Direito de uso de lojas (indefinido)	28.167	-	28.167	30.643	-	30.643
Direito de uso de lojas (definido)	4.039	(4.039)	-	4.334	(4.334)	-
Direito de uso de sistemas	124.972	(84.586)	40.386	99.686	(68.963)	30.723
Total	163.672	(88.625)	75.047	140.465	(73.297)	67.168

Os detalhes da movimentação dos saldos da Companhia estão apresentados a seguir:

Controladora	Marcas e patentes	Direito de uso de lojas	Direito de uso de lojas	Direito de uso de sistemas	Total
Saldos em 31/12/2017	3.927	818	-	34.120	38.865
Transferência	-	(694)	694	-	-
Aquisições	759	-	-	8.083	8.842
Amortização	-	-	(694)	(14.533)	(15.227)
Baixas	-	(124)	-	(192)	(316)
Saldos em 31/12/2018	4.686	-	-	27.478	32.164
Aquisições	650	-	-	23.466	24.116
Amortização	-	-	-	(14.870)	(14.870)
Baixas	-	-	-	(30)	(30)
Saldos em 31/12/2019	5.336	-	-	36.044	41.380

Consolidado	Marcas e patentes	Direito de uso de lojas	Direito de uso de lojas	Direito de uso de sistemas	Total
Saldos em 31/12/2017	4.051	39.603	-	35.539	79.193
Transferência	-	(9.073)	9.073	-	-
Aquisições	1.779	237	-	9.945	11.961
Amortização	-	-	(9.012)	(14.727)	(23.739)
Baixas	-	(124)	(61)	(193)	(378)
Variação cambial	(28)	-	-	159	131
Saldos em 31/12/2018	5.802	30.643	-	30.723	67.168
Transferência	-	(2.926)	2.926	-	-
Aquisições	650	450	-	25.240	26.340
Amortização	-	-	(2.926)	(15.645)	(18.571)
Baixas	-	-	-	(30)	(30)
Variação cambial	42	-	-	98	140
Saldos em 31/12/2019	6.494	28.167	-	40.386	75.047

Taxa média de depreciação: Indefinida Indefinida Definida 20%

Os intangíveis de vida útil definida denominados “Direito de uso de sistemas” referem-se a direitos sobre softwares e licenças adquiridos de terceiros e softwares desenvolvidos internamente e são amortizados linearmente ao longo de sua vida útil estimada, tendo como contrapartida a conta de despesas gerais e administrativas.

Os intangíveis de vida útil indefinida referem-se a marcas e patentes e direitos de uso de lojas, sendo que estes últimos correspondem aos dispêndios efetuados pela Companhia para o uso de lojas em pontos comerciais locados, cujo os contratos de locação preveem renovações de prazos altamente prováveis. A recuperação destes ativos se dará quando da alienação dos pontos comerciais ou pela redução ao valor recuperável.



As aquisições dos Direitos de Uso das Lojas ocorrem mediante pagamentos à vista para liberação do ponto comercial, não restando outras obrigações decorrentes destas aquisições no passivo da Companhia. Essas negociações são usuais neste tipo de transação comercial devido à característica de negócio.

De acordo com o Plano de Expansão anual, a Companhia revisou a vida útil indefinida de certos ativos intangíveis classificados em Direito de uso de lojas, passando a tratá-los como ativos de vida útil definida e amortizando em até 1 ano.

Foi reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$ 33.785 na Controladora e no Consolidado (R\$ 29.946 em 31 de dezembro de 2018) relativos a gastos com pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e tecnologia, registradas na rubrica de despesas gerais e administrativas e no ativo intangível da Companhia.

Teste de perda por redução ao valor recuperável dos intangíveis com vida útil indefinida

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos intangíveis utilizando o conceito do “valor em uso”, através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representadas por suas lojas.

O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado pela Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes unidades geradoras de caixa, conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxa média de desconto antes dos impostos de 14,9% ao ano (equivalente a WACC de 10,0% ao ano), para cada unidade geradora de caixa analisada.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

- **Receitas** - As receitas foram projetadas entre 2020 e 2024 considerando o crescimento da base de clientes das diferentes unidades geradoras de caixa, os impactos de novos projetos arquitetônicos de certas lojas e nível de cada loja e marca no mercado.
- **Custos e despesas operacionais** - Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas.
- **Investimentos de capital** - Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para viabilizar a oferta dos produtos, com base no histórico da Companhia.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.



O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, visto que o valor estimado de uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As operações de empréstimos e financiamentos podem ser assim resumidas:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
FINAME (a)	-	-	350	467
Adiantamento de contrato de câmbio - ACC (b)	-	-	66.453	23.396
FINEP (c)	8.957	17.549	8.957	17.549
Empréstimos em moeda estrangeira (d)	40.301	58.133	40.301	58.133
Pré-pagamento de exportação – PPE (e)	-	-	64.723	11.873
Total dos empréstimos	49.258	75.682	180.784	111.418
Circulante	45.419	8.592	158.222	43.978
Não circulante	3.839	67.090	22.562	67.440

Os vencimentos dos contratos e a taxa de juros e encargos incidentes sobre os empréstimos são:

- a) Finame: 6% ao ano, com parcelas mensais e vencimento final em outubro de 2024;
- b) Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC): denominado em Dólares, acrescido pela taxa de juros, média em 31 de dezembro de 2019 de 3,84% ao ano. São diversos contratos com vencimento final até dezembro de 2020;
- c) FINEP: Taxa de 4% ao ano, limitado à TJLP. Com vencimentos até setembro de 2021;
- d) Capital de giro em moeda estrangeira - “operação 4.131”: denominado em Dólares, acrescido pela taxa de juros, média em 31 de dezembro de 2019, de 3,35% ao ano e vencimento em junho de 2020;
- e) Pré-pagamento de exportação (PPE): denominado em Dólares, acrescido pela taxa de juros, média em 31 de dezembro de 2019, de 3,91% ao ano e vencimento em dezembro de 2021.

Os detalhes da movimentação dos empréstimos da Companhia estão demonstrados a seguir:

Controladora	ACC	FINEP	Operação 4131	Total
Saldo em 31/12/2017	-	26.456	99.285	125.741
Captação	-	-	-	-
Pagamento de parcelas	-	(8.925)	(58.142)	(67.067)
Pagamento de juros	-	(927)	(3.934)	(4.861)
Provisão de juros e variação cambial	-	945	17.050	17.995
Variação cambial (resultado abrangente)	-	-	3.874	3.874
Saldo em 31/12/2018	-	17.549	58.133	75.682
Pagamento de parcelas	-	(8.592)	(20.370)	(28.962)
Pagamento de juros	-	(523)	(2.256)	(2.779)
Provisão de juros e variação cambial	-	523	4.794	5.317
Saldo em 31/12/2019	-	8.957	40.301	49.258



Consolidado	FINAME	PPE	ACC	FINEP	Operação	Total
					4131	
Saldo em 31/12/2017	623	-	55.381	26.456	99.285	181.745
Captação	-	11.223	59.177	-	-	70.400
Pagamento de parcelas	-	-	(88.074)	(8.925)	(58.142)	(155.141)
Pagamento de juros	(188)	-	-	(927)	(3.934)	(5.049)
Provisão de juros e var.camb.	32	650	(3.088)	945	17.050	15.589
Var.camb. (result.abrangente)	-	-	-	-	3.874	3.874
Saldo em 31/12/2018	467	11.873	23.396	17.549	58.133	111.418
Captação	-	62.916	90.168	-	-	153.084
Pagamento de parcelas	-	(11.873)	(47.982)	(8.592)	(20.370)	(88.817)
Pagamento de juros	(141)	236	(3.784)	(523)	(2.256)	(6.468)
Provisão de juros e var.camb.	24	1.570	4.656	523	4.794	11.567
Saldo em 31/12/2019	350	64.722	66.454	8.957	40.301	180.784

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
2020	-	63.251	-	63.324
2021	3.839	3.839	22.357	3.911
2022	-	-	73	73
2023	-	-	73	132
2024	-	-	59	-
Total dos empréstimos	3.839	67.090	22.562	67.440

Os empréstimos estão garantidos por aval das empresas do grupo e também com carta de fiança bancária e não possuem cláusulas restritivas (*covenants*) relacionadas a indicadores financeiros. Os contratos Finame possuem como garantia os próprios bens objeto dos contratos.

Outras garantias e compromissos

A Companhia mantém um acordo de cooperação técnica e financeira com o Banco do Nordeste do Brasil S.A., com a finalidade de manter uma linha de financiamento destinada aos franqueados "Arezzo", em empreendimentos instalados na área de atuação deste banco, utilizando-se recursos do Fundo Constitucional de Financiamento da Região Nordeste (FNE) em financiamentos para modernização de suas lojas (de terceiros), observados padrões próprios definidos pela Companhia, bem como para custos associados a essas operações, a título de capital de giro, se necessário. Pelos termos do acordo, a Companhia é garantidora dessas operações, por meio de carta fiança corporativa, quando contratadas pelos lojistas. Em 31 de dezembro de 2019 o valor destas operações era de R\$ 1.392 (R\$ 1.275 em 31 de dezembro de 2018).

A Companhia mantém também um acordo de cooperação técnica e financeira com o Banco Alfa, com a finalidade de manter uma linha de financiamento destinada aos franqueados "Arezzo", utilizando-se recursos do BNDES para modernização de suas lojas (de terceiros), observados padrões próprios definidos pela Companhia, bem como para custos associados a essas operações. Pelos termos do acordo, a Companhia é garantidora dessas operações e em 31 de dezembro de 2019 o saldo dessas operações garantidas pela Companhia é de R\$ 8.832 (R\$ 10.580 em 31 de dezembro de 2018).

Não há histórico de perdas para a Companhia em operações desta natureza.

17. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fornecedores nacionais	51.506	30.597	66.071	51.965
Operação de risco sacado (a)	67.941	57.955	67.941	57.955
Partes relacionadas (Nota 12.a)	1.285	1.792	-	-
Fornecedores estrangeiros	955	201	955	201
Total de fornecedores	121.687	90.545	134.967	110.121

a) A Companhia possui contratos firmados com o Banco Itaú Unibanco S.A. para estruturar com os seus principais fornecedores a operação denominada “risco sacado”. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o Banco, que, por sua vez, passará a ser credor da operação. A Administração revisou a composição da carteira desta operação e concluiu que não houve alteração significativa dos prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos quando realizada análise completa dos fornecedores por categoria, portanto a Companhia demonstra esta operação na rubrica de Fornecedores.

18. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

Dentro do contexto da aplicação do CPC 06 (R2), como descrito na nota 4, a Companhia avaliou sua carteira de contratos e identificou 110 contratos com componentes de arrendamento, sendo que, 53 foram classificados nas isenções da norma e 57 dentro no escopo de arrendamento. Sendo estes contratos referem-se a aluguéis mínimos de suas unidades de lojas próprias, escritórios, fábricas e centros de distribuição.

Dos contratos que estão dentro do escopo da norma, a Companhia registrou o direito de uso pelo montante correspondente ao passivo do arrendamento. Este, por sua vez, foi reconhecido com base no valor presente dos pagamentos remanescentes do contrato, descontado pela taxa nominal correspondente às cotações de mercado, apresentando portanto um intervalo de 1,8% a 6,1%.

As contas patrimoniais sofreram alterações significativas, pelo reconhecimento de todos compromissos futuros originados dos contratos no escopo do arrendamento. Na adoção inicial o ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamento a pagar no montante de R\$ 32.987 na controladora e R\$ 199.777 no consolidado, ajustados ao valor presente.

a) Movimentação do ativo com direito de uso de bens:

	Controladora	Consolidado
Adoção inicial em 01/01/2019		
Reconhecimento CPC 06(R2)	32.987	199.777
Total de direito de uso de bens em 01/01/2019	32.987	199.777
Adições no período	1.258	41.832
Baixas no período	(64)	(928)
Depreciação no período	(6.796)	(40.751)
Variação cambial	-	4.565
Total de direito de uso de bens em 31/12/2019	27.385	204.495



b) Movimentação do passivo de arrendamento:

	Controladora	Consolidado
Adoção inicial em 01/01/2019	36.640	218.607
Ajuste a valor presente	(3.653)	(18.830)
Passivo de arrendamento em 01/01/2019	32.987	199.777
Adições no período	1.258	41.832
Baixas líquidas no período	(64)	(943)
Contraprestação do período	(6.479)	(42.069)
Juros s/arrendamento no período	944	5.608
Variação Cambial	-	4.853
Passivo de arrendamento em 31/12/2019	28.646	209.058
Circulante	6.826	40.145
Não circulante	21.820	168.913

c) Compromisso futuros

	Fluxo de caixa (valor presente)		Fluxo de caixa contratual bruto	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
2020	6.826	40.145	7.632	45.118
2021	5.157	34.823	5.770	38.735
2022	3.752	28.658	4.224	31.692
2023	3.847	27.046	4.199	29.344
Após 2024	9.064	78.386	9.620	82.523
Total	28.646	209.058	31.445	227.412
Potencial crédito de PIS e COFINS	2.650	6.988	2.909	7.499

d) Reconciliação dos pagamentos de arrendamento:

	Controladora	Consolidado
Saída de caixa (DFC)	(6.609)	(46.723)
Contraprestações do período	(6.479)	(42.069)
Contratos de curto prazo	(28)	(2.988)
Contratos de baixo valor	(102)	(102)
Parcelas variáveis de contratos	-	(1.564)

e) Informações adicionais:

Conforme ofício 02/2019 emitido pela CVM em 18 de dezembro de 2019, a companhia arrendatária deve projetar inflação futura nos fluxos a serem descontados de modo a não haver a impropriedade técnica no cálculo, ocasionada pela flexibilidade prevista no CPA 06(R2), e preservando, por conseguinte, a qualidade da informação a ser apresentada para os investidores no mercado brasileiro.

Para projeção do fluxo de caixa, a Companhia utilizou a taxa de inflação divulgada no Bacen para os contratos no Brasil e taxa de inflação divulgada pelo *The Federal Reserve (Fed)*, banco central americano) para os contratos americanos.

Controladora	2019	2020	2021	2022	2023	Após 2024
Passivo leasing						
Saldo inicial (AVP)	97.336	78.859	57.630	39.057	25.719	14.265
Despesa financeira (juros nominal)	4.958	4.118	2.915	1.931	1.204	1.385
Contraprestação leasing (*)	(22.467)	(24.244)	(19.810)	(13.601)	(10.894)	(12.529)
Inflação futura não incorporada na contraprestação	(968)	(1.103)	(1.678)	(1.668)	(1.764)	(3.121)
Saldo final	78.859	57.630	39.057	25.719	14.265	-
Contraprestação leasing						
Fluxo de caixa real	22.467	24.244	19.810	13.601	10.894	12.529
Fluxo de caixa nominal	23.435	25.347	21.488	15.269	12.658	15.650
Inflação futura não incorporada na contraprestação	(968)	(1.103)	(1.678)	(1.668)	(1.764)	(3.121)

(*) Não inclui contraprestação de contratos baixados durante o ano de 2019.



Consolidado	2019	2020	2021	2022	2023	Após 2024
Passivo leasing						
Saldo inicial (AVP)	166.910	149.844	130.915	113.302	95.874	77.343
Despesa financeira (juros nominal)	2.686	2.563	2.223	1.912	1.587	3.289
Contraprestação leasing (*)	(19.460)	(20.879)	(18.930)	(18.095)	(18.454)	(70.009)
Inflação futura não incorporada na contraprestação	(292)	(613)	(906)	(1.245)	(1.664)	(10.623)
Saldo final	149.844	130.915	113.302	95.874	77.343	-
Contraprestação leasing						
Fluxo de caixa real	19.460	20.879	18.930	18.095	18.454	70.009
Fluxo de caixa nominal	19.752	21.492	19.836	19.340	20.118	80.632
Inflação futura não incorporada na contraprestação	(292)	(613)	(906)	(1.245)	(1.664)	(10.623)

(*) Não inclui contraprestação de contratos baixados durante o ano de 2019.

19. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Salários a pagar	25.620	18.459	28.103	21.113
Provisão para férias e encargos	13.437	11.321	19.194	17.049
Total de encargos trabalhistas	39.057	29.780	47.297	38.162

20. OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
ICMS sobre venda	302	1.018	3.947	6.032
Imposto de renda retido na fonte	4.679	6.388	5.257	6.945
Encargos sociais a recolher	3.878	3.155	5.772	5.028
PIS e COFINS	2.021	2.974	2.958	4.685
IRPJ e CSLL	-	-	12.086	4.201
Outros impostos e encargos	1.812	1.714	2.886	2.236
Total de obrigações fiscais e sociais	12.692	15.249	32.906	29.127

21. PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS, FISCAIS E CÍVEIS

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas operações, estão envolvidas em ações judiciais e administrativas sobre questões tributárias, previdenciárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso vinculadas aos depósitos judiciais, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Trabalhista	3.608	3.515	6.887	6.016
Tributária	1.675	1.675	2.044	2.044
Cível	226	303	237	325
Total de provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	5.509	5.493	9.168	8.385



Trabalhistas - a Companhia e suas controladas são partes em processos trabalhistas relacionados, principalmente, ao pagamento de horas extras e seus respectivos encargos sociais, adicionais de insalubridade e periculosidade, equiparação salarial e integração de verbas na remuneração. A Administração, baseada na opinião dos assessores legais e no histórico dos desfechos destas demandas, acredita que os valores provisionados são suficientes para cobrir prováveis perdas.

Tributário - a Companhia e sua controlada ZZSAP são partes em processos tributários referentes à discussão da majoração da alíquota do Fator Acidentário de Prevenção, para os quais há depósitos judiciais no mesmo montante. A Administração, baseada na opinião dos assessores legais e no histórico dos desfechos destas demandas, acredita que os valores provisionados são suficientes para cobrir prováveis perdas.

Cível - a Companhia e suas controladas são partes em processos cíveis que tem como objeto, principalmente, o pedido de indenização por dano moral e material e cobrança de títulos. A Administração, baseada na opinião dos assessores legais e no histórico dos desfechos destas demandas, acredita que os valores provisionados são suficientes para cobrir prováveis perdas.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso, como segue:

Controladora	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Saldos em 31/12/2017	4.195	1.675	256	6.126
Adições/atualizações	1.231	-	298	1.529
Reversões/pagamentos	(1.911)	-	(251)	(2.162)
Saldos em 31/12/2018	3.515	1.675	303	5.493
Adições/atualizações	1.452	-	385	1.837
Reversões/pagamentos	(1.359)	-	(463)	(1.822)
Saldos em 31/12/2019	3.608	1.675	225	5.508
Consolidado	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Saldos em 31/12/2017	6.535	2.044	287	8.866
Adições/atualizações	2.434	-	345	2.779
Reversões/pagamentos	(2.953)	-	(307)	(3.260)
Saldos em 31/12/2018	6.016	2.044	325	8.385
Adições/atualizações	4.388	-	420	4.808
Reversões/pagamentos	(3.517)	-	(507)	(4.024)
Saldos em 31/12/2019	6.887	2.044	238	9.169

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em outros processos de natureza trabalhista, tributária e cível, nas esferas administrativas e judiciais, em 31 dezembro de 2019 no montante aproximado de R\$110.985 (R\$91.980 em 31 de dezembro de 2018), cuja estimativa de perda foi considerada como possível na opinião de seus consultores jurídicos, portanto não sujeitos a provisionamento. Sendo o montante distribuído em 31 de dezembro de 2019 de R\$45.071, R\$56.926 e R\$8.988, respectivamente, na natureza trabalhista, tributária e cível (R\$30.649, R\$58.601 e R\$2.730 em 31 de dezembro de 2018, respectivamente).

Dentre estes outros processos, encontram-se os seguintes:

i. Ação Anulatória de Débito Fiscal, nº 1015792-98.2017.4.01.3400, cuja tramitação ocorre na 4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, visando a suspensão e a posterior anulação dos créditos materializados nos Autos de Infração objeto do Processo Administrativo nº 15504.725551/2013-17 (por supostas omissões de receitas financeiras decorrentes de contratos de mútuo celebrados com empresas coligadas nos anos-calendário de 2008 e 2009; excesso de dedução de despesas decorrentes do pagamento de Juros sobre o Capital próprio nos anos-calendário de 2008 e 2009, supostamente desproporcional à participação societária e amortização fiscal supostamente indevida do ágio pago na aquisição da Empresa pela BRICS em 8.11.2007), assim como a declaração do direito da empresa de deduzir a despesa com amortização de ágio ao menos da base de cálculo da Contribuição



Social sobre o Lucro Líquido e o cancelamento da cobrança das multas isoladas exigidas pelo não recolhimento das estimativas no valor entendido como devido, nos termos do artigo 44, II, da Lei nº 9.430/1996 (no patamar de 50%). O processo em questão aguarda a realização de perícia contábil requerida pela Companhia, que tem como finalidade demonstrar que o negócio desenvolvido à época da aquisição das ações pela BRICS demonstrava relevante vitalidade econômica e propósito negocial. A expectativa de perda é considerada “possível”, no montante aproximado de R\$ 26.746.

ii. Processo Administrativo nº 15504-725.206/2018-80 decorrente de Auto de Infração lavrado em 11/10/2018, por meio do qual foi constituído crédito tributário referente à Contribuição Previdenciária da Empresa (“Cota Patronal”) e Contribuição de Outras Entidades e Fundos (“Contribuição de Terceiros”), relativas ao período compreendido entre junho de 2014 a setembro de 2017, cumuladas com juros de mora e multa proporcional, pois segundo o fisco, a Companhia teria remunerado seus empregados e contribuintes individuais por intermédio da outorga de opções de compra de ações no âmbito do “Plano de Opção de Compra de Ações”, que na concepção da Receita Federal, tem caráter remuneratório, passível de contribuição previdenciária. O processo em questão foi impugnado, sob alegação de que o “Plano de Opção de Compra de Ações” utilizado pela Companhia tem caráter mercantil. Atualmente aguarda julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais dos Recursos Voluntários apresentados em nome da devedora principal (Arezzo Indústria e Comércio S.A.) e das responsáveis solidárias (ZZAB, ZZEXP e ZZSAP), em face do acórdão nº: 14-91.305 que negou provimento a Impugnação do contribuinte. A expectativa de perda é considerada “possível”, no montante de aproximadamente R\$ 6.092.

iii. Ação Anulatória 00000033-68.2017.8.21.0087, cuja tramitação ocorre na 2ª Vara Cível de Campo Bom/RS, visando anular o débito objeto do AL nº 25771370 lavrado sob acusação de crepitemento indevido de ICMS, decorrente da remessa de mercadorias a adquirentes estabelecidos na Zona Franca de Manaus (ZFM) e Áreas de Livre Comércio (ALC's), relativa aos períodos de fevereiro de 2008 a dezembro de 2011. CDA nº 019/0543060. Paralelamente ao ajuizamento da ação Anulatória, o Fisco distribuiu a Execução Fiscal nº 0006055-45.2017.8.21.0087 por dependência à Anulatória. O processo em questão foi julgado procedente, desconstituindo o auto de lançamento. Aguardamos o decurso do prazo o Estado recorrer da decisão. A expectativa de perda é considerada “possível”, no montante de aproximadamente R\$ 6.880.

iv. Processo nº 5001519-32.2019.8.21.0087- Pedido de tutela de Urgência Antecipada – em face da lavratura do Auto de Infração nº AI: 8225966 ajuizado pelo Receita Estadual do Rio Grande do Sul, em 21 de julho de 2018, decorrente da remessa de mercadorias a adquirentes estabelecidos na Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio no período de 01/06/2013 a 31/03/2018. Segundo a Receita, teriam sido detectadas as seguintes irregularidades: (i) ausência de pagamento do imposto decorrente da saída de mercadorias para Municípios que não possuem benefício fiscais (isenção de ICMS); (ii) ausência de pagamento do imposto decorrente da saída de mercadorias importadas para Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio; (iii) falta de pagamento do imposto decorrente da saída de mercadorias para Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio sem comprovação do efetivo ingresso das mercadorias formalizada pela SUFRAMA; e (iv) creditamento indevido do imposto por ausência de estorno de ICMS nas operações de saída de mercadorias destinadas à Zona Franca de Manaus e área de livre comércio. Obtivemos a liminar e suspensão da exigibilidade do débito. A expectativa de perda é considerada “possível”, no montante de R\$ 1.762.

Legislação vigente

De acordo com a legislação em vigor no Brasil, os impostos federais, estaduais e municipais e os encargos sociais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades por períodos que variam de cinco a trinta anos. A legislação nos Estados Unidos (país em que certas controladas da Companhia operam) possui prazos prescricionais diferenciados.

Depósitos judiciais e garantia judicial

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo dos depósitos judiciais é de R\$ 14.669 na Controladora (R\$ 12.014 em 31 de dezembro de 2018) e R\$ 21.863 no Consolidado (R\$ 18.402 em 31 de dezembro de 2018).



A Companhia utiliza a modalidade de garantia judicial, regulamentada pela legislação vigente, utilizada especialmente como uma forma de caução no processo e/ou em substituição às garantias dadas, sendo o instrumento mais econômico existente atualmente, preservando o patrimônio e capital da Companhia. Em 31 de dezembro de 2019 o saldo destas garantias judiciais é de R\$ 6.620.

22. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

22.1. Capital social

Em 27 de maio de 2019, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 11.642 em razão do exercício, por determinados beneficiários, de suas respectivas opções de compra no montante de 651 mil ações ordinárias, todas nominativas, escriturais sem valor nominal, nos termos dos Planos de Opções de Compra de Ações.

	Ações em milhares	Capital social R\$
Saldo em 31/12/2017	89.766	330.375
Emissão de ações com plano de opção de ações	537	10.698
Saldo em 31/12/2018	90.303	341.073
Emissão de ações com plano de opção de ações	651	11.642
Saldo em 31/12/2019	90.954	352.715

22.2. Reserva de capital

A reserva de capital foi inicialmente constituída em decorrência dos processos de estruturação societária ocorridos em 2007, em contrapartida ao acervo líquido incorporado e representa o valor do benefício fiscal auferido por meio da amortização do ágio incorporado. A parcela de reserva especial de ágio correspondente ao benefício que poderá ser, ao final de cada exercício social, capitalizado em proveito dos acionistas, com a emissão de novas ações, de acordo com o disposto da Instrução CVM nº 319/99.

Os eventos societários que deram origem a reserva de capital em decorrência da reestruturação societária estão discriminados a seguir:

a) Em 01 de junho de 2008, a BRICS Participações S.A. ("BRICS") foi incorporada pela Companhia, sendo o acervo líquido composto pelo ágio pago na aquisição do investimento na Companhia, fundamentado em rentabilidade futura, líquido da provisão prevista pela Instrução CVM nº 319/99, no montante de R\$ 13.935. No contexto da extinção da BRICS por conta de sua incorporação, a participação desta na Companhia foi transferida a FIGEAC Holdins S.A. ("FIGEAC").

b) Em 01 de dezembro de 2009, a FIGEAC foi incorporada pela Companhia, sendo o acervo líquido composto pelo ágio pago na aquisição do investimento na Companhia, fundamentado em rentabilidade futura, líquido da provisão prevista pela Instrução CVM nº 319/99, no montante de R\$ 7.535.

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia efetuou o provisionamento complementar dos custos com a oferta pública de distribuição de ações no montante de R\$ 550 (R\$ 363 líquido dos efeitos tributários), sendo este valor líquido deduzido da reserva de capital.

Com a implementação dos Planos baseados em ações, a Companhia constituiu a Reserva de opções outorgadas no montante de R\$ 23.593 (R\$ 23.122 em 31 de dezembro de 2018) e Reserva de ações restritas no montante de R\$ 5.670 (R\$ 4.466 em 31 de dezembro de 2018), conforme descrito na Nota 32.



22.3. Reservas e retenção de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") até o limite de 20% do capital social. O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2019 é R\$ 55.082 (R\$ 50.839 em 31 de dezembro de 2018).

Reserva para investimentos

Refere-se a reserva para investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos ("P&D"), tendo como base o orçamento de capital elaborado pela Administração e aprovado pela Assembleia Geral Ordinária. O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de R\$ 2.683.

Reserva de incentivos fiscais

Refere-se aos montantes apurados de subvenções recebidas para investimento (Nota 33) pela controladora e suas controladas. O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 213.880 (R\$ 136.443 em 31 de dezembro de 2018).

Retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos. A retenção acumulada até 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 36.511 (R\$ 111.511 em 31 de dezembro de 2018).

Conforme o art. 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo desta reserva, acrescido das demais reservas de lucro, não poderá ultrapassar o capital social da Companhia.

22.4. Outros resultados abrangentes

Reserva para diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras

A Companhia reconheceu como outros resultados abrangentes, em linha específica do patrimônio líquido, as diferenças cambiais sobre a conversão de operações estrangeiras, representadas por suas controladas localizadas nos Estados Unidos, cuja moeda funcional é o dólar. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o montante é de perda R\$ 790 (R\$ 8.518 em 31 de dezembro de 2018).

22.5. Ações em Tesouraria

Em 27 de março de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Programa de Recompra de Ações ("Programa de Recompra"), de emissão de ações da própria Companhia, sem redução do capital social, para serem mantidas em tesouraria e posteriormente utilizadas para atender ao Plano de Ações Restritas (Nota 32), podendo, ainda, serem canceladas ou alienadas.

Abaixo demonstramos o saldo de ações em tesouraria:

	2019	2018
Saldo de ações R\$	195	2.332
Quantidade	5.207	52.119
Custo médio	37,37	44,75



23. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO PAGOS E PROPOSTOS

a) Dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os acionistas fazem jus a um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária. Os juros sobre capital próprio, quando calculados, são considerados como distribuição de lucros para fins de determinação do dividendo mínimo a ser distribuído.

Os dividendos foram calculados conforme segue:

	2019	2018
Lucro do exercício	162.139	142.644
Reserva legal	(4.243)	(7.132)
Reserva de incentivos fiscais	(77.437)	(71.785)
Lucro líquido à destinar	80.459	63.727
Dividendos mínimos conforme estatuto	25%	25%
Valor dos dividendos mínimos obrigatórios	20.115	15.932
Dividendos e juros sobre o capital próprio		
Juros sobre o capital próprio creditados e pagos	38.105	21.001
IRRF sobre os juros sobre o capital próprio	(4.985)	(2.828)
Dividendos intercalares pagos	14.512	25.000
Dividendos adicionais propostos	27.842	17.726
Total	75.474	60.899
Dividendos em excesso ao mínimo obrigatório	55.359	44.967
Dividendos em excesso ao mínimo obrigatório por ação - R\$	0,6087	0,4982

Em 20 de fevereiro de 2019, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de dividendos intermediários, com base na reserva de lucros, conforme balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$ 75.000, R\$ 0,8310 por ação, pagos em 02 de abril de 2019.

Em 30 de abril de 2019, a Assembleia Geral Ordinária aprovou o pagamento de dividendos suplementares no montante de R\$ 17.726, R\$ 0,1964 por ação pagos em 15 de outubro de 2019.

Em 26 de setembro de 2019, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de dividendos intercalares, com base no lucro líquido do exercício conforme balanço patrimonial levantado em 30 de junho de 2019, no montante de R\$ 7.274, R\$ 0,0800 por ação, pagos em 15 de outubro de 2019.

Em 27 de novembro de 2019, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de dividendos intercalares, com base no lucro líquido do exercício conforme balanço patrimonial levantado em 30 de setembro de 2019, no montante de R\$ 7.238, R\$ 0,0796 por ação, pagos em 15 de janeiro de 2020.

A Diretoria da Companhia encaminhou para apreciação do Conselho de Administração, em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2020, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, contemplando a proposta de distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 27.842, R\$ 0,3061 por ação, sujeita à aprovação posterior da Assembleia Geral da Companhia.

b) Juros sobre o capital próprio - Lei nº 9.249/95

A Companhia, para fins de atendimento às normas fiscais, contabilizou os juros sobre o capital próprio pagos ou creditados no exercício em contrapartida à rubrica de “despesas financeiras.” Para fins de preparação destas demonstrações financeiras, esses juros são revertidos do resultado contra a conta de lucros acumulados, conforme determinado pelas práticas contábeis. Sobre tais juros, foi retido o imposto de renda na fonte à alíquota de 15%,

exceto para os acionistas comprovadamente isentos ou imunes, ou acionistas domiciliados em países ou jurisdições para os quais a legislação estabeleça alíquota diversa.

Em 24 de junho de 2019, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de proventos para o primeiro semestre de 2019 a título de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 20.344, R\$ 0,2238 por ação, pagos em 25 de julho de 2019.

Em 27 de novembro de 2019, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de proventos para o segundo semestre de 2019 a título de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 17.761, R\$ 0,1953 por ação, pagos em 15 de janeiro de 2020.

Os juros sobre o capital próprio creditados durante o exercício constituem-se em antecipação do dividendo mínimo obrigatório.

24. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para o exercício findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

a) Lucro básico por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria (Nota 22.5).

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	162.139	142.644
Média ponderada de ações ordinárias	90.687	89.992
Lucro básico por ação - R\$	1,7879	1,5851

b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras em ações ordinárias. A Companhia possui uma categoria de ações ordinárias potenciais diluidoras referentes a opção de compra de ações conforme demonstrado no quadro abaixo:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	162.139	142.644
Média ponderada de ações ordinárias	90.687	89.992
Ajuste por opções de compra de ações	19	534
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação	90.706	90.526
Lucro diluído por ação - R\$	1,7875	1,5757

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita bruta de vendas				
Mercado interno	1.542.052	1.414.519	1.804.947	1.678.868
Mercado externo	4.508	10.057	258.982	186.900
Devolução de vendas	(45.933)	(34.349)	(113.340)	(84.190)
Descontos e abatimentos	(5.077)	(3.218)	(5.076)	(3.218)
Impostos sobre vendas	(207.479)	(192.549)	(266.278)	(251.701)
Receita operacional líquida	1.288.071	1.194.460	1.679.235	1.526.659

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Companhia possui apenas um segmento operacional definido como calçados, bolsas e acessórios. A Companhia está organizada, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos.

Essa visão está sustentada nos seguintes fatores:

- não há divisões em sua estrutura para gerenciamento das diferentes linhas de produtos, marcas ou canais de venda;
- a sua unidade fabril opera para mais do que uma marca e canal de venda;
- as decisões estratégicas da Companhia estão embasadas em estudos que demonstram oportunidades de mercado e não apenas no desempenho por produto, marca ou canal.

Os produtos da Companhia são distribuídos por marcas (Arezzo, Schutz, Anacapri, Alexandre Birman, Fiever e Alme) e canais (franquias, multimarca, lojas próprias e webcommerce) diferentes, no entanto, são controlados e gerenciados pela Administração como um único segmento de negócio, sendo os resultados acompanhados, monitorados e avaliados de forma centralizada.

Para fins gerenciais a Administração acompanha a receita bruta consolidada por marca e canal de venda, conforme demonstrado a seguir:

Marca	2019	2018
Receita bruta	2.063.929	1.865.768
Mercado interno		
Arezzo	983.757	950.689
Schutz	474.295	443.471
Anacapri	259.116	219.554
Outros	87.779	65.154
Mercado externo	258.982	186.900
Canal	2019	2018
Receita bruta	2.063.929	1.865.768
Mercado interno		
Franquias	899.399	831.365
Multimarca	423.008	384.272
Lojas próprias	266.310	298.706
Webcommerce	214.581	162.640
Outros	1.649	1.885
Mercado externo	258.982	186.900



A receita no mercado externo não está sendo demonstrada separadamente por área geográfica pois representa em 31 de dezembro de 2019 12,5% (10,0% em 31 de dezembro de 2018) da receita bruta. Não há clientes que individualmente sejam responsáveis por mais de 5% das vendas no mercado interno e externo.

27. DESPESAS POR NATUREZA

As demonstrações do resultado da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento dos gastos por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesas por função				
Custo dos produtos vendidos	(813.665)	(754.119)	(903.541)	(815.987)
Despesas comerciais	(183.082)	(170.107)	(424.366)	(378.922)
Despesas administrativas e gerais	(136.463)	(109.695)	(184.012)	(140.865)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	18.513	(1.595)	55.786	394
	(1.114.697)	(1.035.516)	(1.456.133)	(1.335.380)
Despesas por natureza				
Depreciação e amortização (i)	(27.515)	(20.748)	(80.322)	(40.882)
Despesas com pessoal	(155.153)	(143.876)	(241.065)	(229.102)
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(819.358)	(758.353)	(911.823)	(822.738)
Fretes	(25.778)	(25.243)	(44.521)	(33.829)
Despesas com ocupação de lojas (ii)	-	-	(25.088)	(42.136)
Despesa com marketing	(8.961)	(5.590)	(39.995)	(33.834)
Outras despesas operacionais	(77.932)	(81.706)	(113.319)	(132.859)
	(1.114.697)	(1.035.516)	(1.456.133)	(1.335.380)

(i) Inclui a depreciação dos contratos de arrendamento conforme descrito na nota explicativa 18.

(ii) Refere-se ao saldo de aluguéis que não foram escopo do IFRS 16 descrito na nota explicativa 4.1.

28. OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

a) Valor justo

O quadro a seguir apresenta o valor contábil ativos e passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia:

	Consolidado			
	2019		2018	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e bancos	13.808	13.808	8.501	8.501
Aplicações financeira	263.875	263.875	227.300	227.300
Contas a receber de clientes	423.814	423.814	393.448	393.448
Empréstimos e financiamentos	180.784	180.635	111.418	111.441
Fornecedores	134.967	134.967	110.121	110.121
Arrendamento	209.058	209.058	-	-

Em 31 de dezembro de 2019, os ativos e passivos financeiros consolidados da Companhia estão classificados nas seguintes categorias de instrumentos financeiros:

	Mensuração	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos		
Caixas e bancos	-	13.808
Contas a receber de clientes	-	423.814
Aplicações financeiras	263.875	-
Passivos		
Fornecedores	-	134.967
Empréstimos e financiamentos	-	180.635
Arrendamento	-	209.058

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Aplicações financeiras - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, CDB - Certificado de Depósito Bancário e LFT - Letras Financeiras do Tesouro (Nota 6).
- Caixa e bancos, clientes e outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar - Decorrem diretamente das operações da Companhia e controladas, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.
- Empréstimos e financiamentos - São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação, que de acordo com o entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

a.1) Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Para a mensuração do valor justo de seus instrumentos financeiros, a Companhia adota a técnica de avaliação de preços cotados nos mercados ativos (Nível 1) e a técnica de avaliação de preços observáveis (Nível 2).

b) Exposição a riscos cambiais

O resultado das operações da Companhia e de suas controladas é afetado pelo fator de risco da taxa de câmbio do dólar norte-americano, devido ao fato que parte das receitas de vendas, estão vinculadas a esta moeda. Para minimizar o risco cambial, quase a totalidade de suas exportações possui financiamentos atrelados à respectiva moeda.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o valor da exposição líquida vinculada ao dólar norte-americano, é representado por:

	Consolidado	
	2019	2018
Contas a receber em moeda estrangeira	23.174	34.690
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	(171.477)	(35.269)
Exposição líquida	(148.303)	(579)

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2019, foram definidos três cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações da taxa de câmbio.

No quadro a seguir são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos.

Além desse cenário a CVM por meio da Instrução nº 475 de 17 de dezembro de 2008 ("Instrução CVM 475") determinou que fossem apresentados mais dois cenários com uma apreciação de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o regulamento da CVM.

Operação	Moeda	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Apreciação da taxa de câmbio				
Contas a receber em moeda estrangeira	R\$	23.174	28.968	34.761
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	R\$	(171.477)	(214.346)	(257.216)
Apreciação da taxa de câmbio em referência			25%	50%
Dólar		4,03	5,04	6,05
Efeito no lucro antes da tributação	R\$		(37.075)	(74.152)

c) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos relacionados a taxas de juros em função de empréstimos contratados vinculados à TJLP. As taxas estão divulgadas na Nota 16.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de empréstimos e financiamentos apresenta a seguinte composição em relação à taxa de juros:

	Consolidado	
	2019	%
Juros Fixos	131.526	73
Juros com base na TJLP e Libor	49.258	27
	180.784	100

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos empréstimos que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2019, foram definidos três cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos.

No quadro a seguir são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. Com base nos valores da TJLP e da Libor vigentes em 31 de dezembro de 2019, foi definido o cenário provável para o ano de 2019 e a partir destas calculadas variações de 25% e 50% conforme requerido pela Instrução CVM nº 475.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato. A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2019 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Moeda	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Aumento da despesa financeira				
Financiamentos - TJLP	R\$	499	624	748
Financiamentos - Libor	R\$	790	987	1.185
		1.289	1.611	1.933
Apreciação da taxa em referência para passivos financeiros				
TJLP		5,57%	25%	50%
Libor	1,96% 2,45% 2,94%		6,96%	8,36%

e) Risco de crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores das vendas mercantis e dos serviços prestados a seus clientes.

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

O saldo a receber de clientes é substancialmente denominado em reais e está distribuído em diversos clientes. Para reduzir o risco de crédito, a Companhia tem feito avaliação individual para adesão de novos clientes, mas, como uma prática de mercado, só requer recebimento antecipado para clientes considerados de alto risco. Não há clientes que individualmente representem mais que 5% do total das contas a receber da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

A Administração monitora o risco da carteira de recebíveis semanalmente e, em caso de análise de riscos de não recuperação do crédito, ajusta a demonstração do resultado da Companhia. A análise é sobre os recebíveis, histórico de pagamentos dos clientes, garantias ofertadas e renegociações firmadas com avais. Os valores registrados em perdas efetivas ou provisão para perdas refletem o contas a receber não recuperáveis e casos de risco de baixa recuperação.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas utilizam instituições financeiras de primeira linha.

f) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pela Administração da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

A tabela abaixo demonstra os pagamentos contratuais requeridos pelos passivos financeiros da Companhia:

	Projeção incluindo juros futuros			Total
	Até um ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Empréstimos e financiamentos	158.222	22.562	-	180.784
Fornecedores	134.967	-	-	134.967
Arrendamento	40.145	90.527	78.386	209.058

g) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital, durante os exercícios findos em 2019 e 2018.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	2019	2018
Empréstimos e financiamentos	(180.784)	(111.418)
Caixa e bancos	13.808	8.501
Aplicações financeiras	263.875	227.300
Sobra líquida de caixa	96.899	124.383
Total do capital	742.720	711.342

29. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas financeiras				
Juros recebidos	3.641	3.868	3.694	3.890
Rendimento de aplicações financeiras	10.336	15.543	12.973	16.846
Outras receitas	1.522	2.013	1.677	2.256
	15.499	21.528	18.344	22.992
Despesas financeiras				
Taxa de administração de cartão de crédito	-	-	(9.272)	(7.595)
Descontos concedidos	(1.520)	(2.906)	(1.791)	(3.174)
Juros sobre financiamentos	(3.262)	(6.619)	(6.601)	(8.448)
Juros sobre mútuos	(457)	(4.543)	-	-
Juros de arrendamento	(874)	-	(5.337)	-
Despesas bancárias	(3.771)	(3.387)	(4.584)	(3.968)
Despesas com custas cartorais	(1.633)	(2.898)	(1.641)	(2.924)
Outras despesas	(296)	(185)	(420)	(524)
	(11.813)	(20.538)	(29.646)	(26.633)
Variação cambial, líquida	(6.112)	(21.820)	(6.874)	(17.640)
Total	(2.426)	(20.830)	(18.176)	(21.281)

30. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Plano de opções de ações e ações restritas	(5.512)	(7.732)	(5.512)	(7.732)
Taxa de franquia	1.882	1.732	1.882	1.732
Recuperação de despesas	1.598	1.128	1.600	1.375
Resultado na alienação de imobilizado e intangível	145	(1.376)	3.251	713
Outras receitas (despesas), líquidas	20.400	4.653	54.565	4.306
Total	18.513	(1.595)	55.786	394



A Companhia obteve o trânsito em julgado na ação judicial referente ao reconhecimento da ilegalidade de inclusão do crédito presumido de ICMS na base de cálculo do IRPJ e CSLL, na ação judicial referente ao crédito de IRPJ pela alteração na forma de apuração de incentivo fiscal do programa de alimentação do trabalhador e na ação judicial referente ao reconhecimento da ilegalidade da inclusão do ICMS na base do Pis e da Cofins. Desta forma, a Companhia reconhece o direito da compensação dos valores recolhidos indevidamente, no montante de R\$52.687 classificados nas linhas de outras receitas (despesas) e em contrapartida um montante de R\$6.749 referente honorários advocatícios e outras despesas relativas aos processos classificados em despesas administrativas, equalizando um efeito líquido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$45.938.

Dos créditos reconhecidos, o montante de R\$ 8.049 é uma estimativa da Companhia referente ao trânsito em julgado na ação judicial referente ao reconhecimento da ilegalidade da inclusão do ICMS na base do Pis e da Cofins de uma de suas controladas. O montante está sendo apurado com base nas documentações fiscais e encontra-se em validação pelos seus assessores legais e contábeis, desta forma poderá sofrer alterações em função das revisões em andamento.

31. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do país, e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31 de dezembro 2019, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para estoques, por valores considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas, assim demonstradas:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura - R\$
Estoques e imobilizado	Incêndio	214.100
	Responsabilidade civil	20.000

32. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

32.1. Plano de opções de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de maio de 2012, os acionistas da Companhia aprovaram um Plano de Opções de ações para administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle, que passou a vigorar a partir da mesma data. O Plano de Opções é administrado pelo Conselho de Administração, que poderá ao seu critério instituir um Comitê para a gestão do Plano de Opções.

O Plano de Opções está limitado a um máximo de opções que resulte em uma diluição de 5% do capital social da Companhia. A diluição corresponde ao percentual representado pela quantidade máxima de ações que lastreiam as opções pela quantidade total de ações de emissão da Companhia.

Em 28 de maio de 2012, o Conselho de Administração aprovou a primeira outorga de opções no âmbito do Plano de Opções. O total de opções objeto da primeira outorga do Plano de Opções é de 386.404 opções, sendo 68.231 opções do Lote I e 318.173 opções do Lote II.

Em 27 de maio de 2013, o Conselho de Administração aprovou a segunda outorga de opções no âmbito do Plano de Opções. O total de opções objeto da segunda outorga do Plano de Opções é de 686.901 opções, sendo 25.757 opções do Lote I e 661.144 opções do Lote II.

Em 26 de maio de 2014 o Conselho de Administração aprovou a terceira outorga de opções de ações no âmbito do Plano de opções. O total de opções objeto da terceira outorga do Plano de Opções de Ações é 974.237 opções, sendo 29.395 do Lote I e 944.842 do Lote II.



Em 25 de maio de 2015 o Conselho de Administração aprovou a quarta outorga de opções de ações no âmbito do Plano de opções. O total de opções objeto da quarta outorga do Plano de Opções de Ações é 942.079 opções, sendo 73.955 do Lote I e 942.079 do Lote II.

Em 03 de junho de 2016 o Conselho de Administração aprovou a quinta outorga de opções de ações no âmbito do Plano de opções. O total de opções objeto da quarta outorga do Plano de Opções de Ações é 1.284.986 opções, sendo 99.538 do Lote I e 1.185.448 do Lote II.

O Plano de Opções prevê que as opções do Lote I outorgadas aos participantes do Plano de Opção: (i) tornar-se-ão exercíveis no dia útil subsequente à respectiva data de outorga; (ii) poderão ser exercidas dentro do período de 30 dias, contados da data em que se tornarem exercíveis; e (iii) as ações decorrentes do seu exercício não poderão ser negociadas durante o período de vedação à negociação de 3 anos, a contar da data de exercício. Se, antes do término do período de vedação à negociação acima mencionado, o participante se desligar da Companhia por vontade própria pedindo demissão do seu emprego, renunciando ao seu cargo de administrador, ou rescindindo seu contrato de prestação de serviço, ou por vontade da Companhia, mediante demissão por justa causa, destituição do cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, ou rescindindo contrato de prestação de serviço, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, recomprar as ações restritas pelo preço de exercício pago pelo participante para aquisição das ações restritas.

Por sua vez, os participantes do Plano de Opções poderão exercer suas opções do Lote II dentro do período de até 3 anos contados da data em que se tornarem exercíveis. O período de carência (vesting) será de até 3 anos para cada liberação que ocorrerá na seguinte proporção: 25% a partir do primeiro aniversário da respectiva data de outorga, 25% a partir do segundo aniversário da respectiva data de outorga e 50% a partir do terceiro aniversário da respectiva data de outorga.

A composição para o plano de opções, considerando os prazos de carência para exercício das opções, está demonstrada a seguir:

	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	Total
	Outorga	Outorga	Outorga	Outorga	Outorga	
Prazo de carência a partir da outorga						
Até 30 dias da data da outorga	45.059	22.539	21.744	52.741	53.735	195.818
A partir do primeiro aniversário	54.731	158.228	195.787	162.992	176.476	748.214
A partir do segundo aniversário	54.731	158.228	195.787	162.992	176.476	748.214
A partir do terceiro aniversário	109.462	316.455	391.572	325.984	352.952	1.496.425
Total	263.983	655.450	804.890	704.709	759.639	3.188.671
Movimentações						
Saldo em 31/12/2017	1.053	16.328	34.186	508.806	633.508	1.193.881
Opções exercidas	(755)	(16.328)	(33.436)	(458.574)	(27.431)	(536.524)
Opções baixadas (*)	(298)	-	-	(32.144)	(5.939)	(38.381)
Saldo em 31/12/2018	-	-	750	18.088	600.138	618.976
Opções exercidas	-	-	(1.000)	(50.232)	(600.141)	(651.373)
Opções baixadas (*)	-	-	250	32.144	3	32.397
Saldo em 31/12/2019	-	-	-	-	-	-

(*) Ajuste de opções baixadas por motivo de desligamento.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das opções. O valor foi calculado tomando-se por base os prazos de carência apresentados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apurou o montante de R\$ 471 (R\$ 1.754 em 31 de dezembro de 2018) referente à despesa do plano de opções reconhecida no resultado com contrapartida do patrimônio líquido em conta específica de reserva de capital. O modelo utilizado



para precificação do valor justo das opções da outorga de 2012 foi o método Black & Scholes, enquanto para as outorgas de 2013 a 2016, a Administração definiu pela utilização do modelo Binomial.

Na determinação do valor justo das opções das ações, foram utilizadas as premissas abaixo:

Lote	1ª Outorga Junho/2012		2ª Outorga Junho/2013		3ª Outorga Junho/2014		4ª Outorga Junho/2015		5ª Outorga Junho/2016	
	I	II								
Quantidade de ações										
1º Vencimento	68.231	79.543	25.757	165.286	29.395	236.211	73.955	217.031	99.538	296.362
2º Vencimento	N/A	79.543	N/A	165.286	N/A	236.211	N/A	217.031	N/A	296.362
3º Vencimento	N/A	159.087	N/A	330.572	N/A	472.420	N/A	434.062	N/A	592.724
Preço de exercício - (R\$)	20,86	20,86	27,61	27,61	18,42	18,42	19,91	19,91	17,68	17,68
Valor justo por opção - (R\$)										
1º Vencimento	6,66	9,05	7,36	13,82	4,95	9,82	1,55	8,52	6,66	6,16
2º Vencimento	N/A	11,33	N/A	16,37	N/A	10,22	N/A	9,23	N/A	4,15
3º Vencimento	N/A	13,32	N/A	16,72	N/A	11,47	N/A	9,84	N/A	2,68
Dividendos esperados ("Dividend yield")	-	-	4,85%	4,85%	5,03%	5,03%	1,89%	1,89%	1,56%	1,56%
Volatilidade do preço da ação	40,36%	40,36%	36,29%	41,18%	27,95%	40,91%	24,93%	31,69%	24,01%	32,40%
Taxa de juro livre de risco										
1º Vencimento	8,50%	7,81%	7,86%	10,47%	10,81%	11,75%	13,41%	12,48%	14,12%	12,59%
2º Vencimento	N/A	8,59%	N/A	10,60%	N/A	11,80%	N/A	12,33%	N/A	12,62%
3º Vencimento	N/A	9,35%	N/A	10,69%	N/A	11,86%	N/A	12,25%	N/A	12,68%
Período esperado até o vencimento - (dias corridos)										
1º Vencimento	30	365	30	365	30	365	30	365	30	365
2º Vencimento	N/A	730								
3º Vencimento	N/A	1.095								

32.2. Plano de ações restritas

Em 23 de junho de 2017, em Assembleia Geral Extraordinária, a estruturação e implementação do novo plano de ações restritas da Companhia foi aprovada. E em 28 de agosto de 2017, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a celebração dos contratos de outorga de ações restritas entre a Companhia e os Beneficiários, nos termos do Plano de Ações Restritas e do 1º Programa de Outorga. E em 30 de julho de 2018, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a celebração dos contratos de outorga de ações restritas entre a Companhia e os Beneficiários, nos termos do Plano de Ações Restritas e do 2º Programa de Outorga. E em 25 de julho de 2019, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a celebração dos contratos de outorga de ações restritas entre a Companhia e os Beneficiários, nos termos do Plano de Ações Restritas e do 3º Programa de Outorga.

O Plano tem por objetivo permitir a outorga de ações restritas aos administradores e empregados da Companhia, ou de outra sociedade sob seu controle (os "Beneficiários"), selecionados pelo Conselho de Administração, sujeitos a determinadas condições, com o objetivo de: (i) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e das sociedades sob seu controle; (b) incentivar a melhoria da gestão da Companhia e das sociedades sob o seu controle, conferindo aos Beneficiários a possibilidade de serem acionistas da Companhia, estimulando-os na otimização de todos os aspectos que possam valorizar a Companhia no longo prazo; (c) alinhar os interesses dos Beneficiários com os interesses dos acionistas; e (d) estimular a permanência dos administradores e empregados na Companhia ou nas sociedades sob seu controle.

Para fins desse plano, o Conselho de Administração poderá, mediante prévia recomendação do Comitê, outorgar um número de ações ordinárias, nominativas e escriturais de emissão da Companhia, não excedente a 5% (cinco por cento) das ações do capital social total da Companhia na data de aprovação do Plano.

Sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos respectivos Contratos de Outorga, os direitos dos Beneficiários em relação às Ações Restritas somente serão plenamente adquiridos se os Beneficiários permanecerem continuamente vinculados como administradores ou empregados da Companhia ou de sociedade



sob o seu controle, conforme o caso, e atingirem as métricas de desempenho estabelecidas em cada Programa e nos respectivos Contratos de Outorga dos Beneficiários, no período compreendido entre a Data de Outorga e as datas a seguir, nas seguintes proporções:

- (i) até 10% (dez por cento) após o 1º aniversário da Data de Outorga;
- (ii) até 10% (dez por cento) após o 2º aniversário da Data de Outorga;
- (iii) até 20% (vinte por cento) após o 3º aniversário da Data de Outorga; e
- (iv) até 60% (sessenta por cento) após o 4º aniversário da Data de Outorga.

Não obstante o disposto nos itens (i) a (iv) acima, o Beneficiário poderá receber um acréscimo de até 10% (dez por cento) do número total de Ações Restritas outorgadas pelo Conselho de Administração, caso venha a superar as métricas de desempenho estabelecidas no Programa e no respectivo Contrato de Outorga, conforme vier a ser definido pelo Conselho de Administração, podendo este ainda, a seu critério, estabelecer prazos diversos para a aquisição do direito às Ações Restritas outorgadas.

Com o propósito de satisfazer a outorga de Ações Restritas nos termos do Plano, a Companhia, sujeito à lei e regulamentação aplicável, alienará ações mantidas em tesouraria por meio de operação privada, sem custo para os Beneficiários, nos termos da ICVM 567.

Demonstramos a seguir os saldos outorgados e respectivos prazos de carência:

	1ª Outorga em em 29/08/2017	2ª Outorga em 30/07/2018	3ª Outorga em 30/07/2019	Total
Prazo de carência a partir da outorga				
A partir do primeiro aniversário	60.728	11.066	2.661	74.455
A partir do segundo aniversário	60.728	11.066	2.661	74.455
A partir do terceiro aniversário	121.457	22.134	5.321	148.912
A partir do quarto aniversário	364.370	66.398	15.963	446.731
Total	607.283	110.664	26.606	744.553
Movimentações:				
Saldo em 31/12/2017	607.283	-	-	607.283
Outorga (*)	-	110.664	-	110.664
Exercício (**)	(51.764)	-	-	(51.764)
Baixas (***)	(89.643)	-	-	(89.643)
Saldo em 31/12/2018	465.876	110.664	-	576.540
Outorga (*)	-	-	26.606	26.606
Exercício (**)	(49.830)	(8.995)	-	(58.825)
Baixas (***)	(17.405)	(20.709)	-	(38.114)
Saldo em 31/12/2019	398.641	80.960	26.606	506.207

(*) Outorga antes dos efeitos dos impostos e condições de performance do Plano de ações restritas.

(**) Como reflexo das condições de performance do Plano de Ações Restritas e impacto de impostos, no 2º vencimento (1ª outorga 2017) foram exercidas 39.738 ações no 1º vencimento (2ª outorga 2018) foram exercidas 7.174 ações.

(***) Baixas pelo desligamento de funcionários participantes do plano de opções de ações ou pelo não exercício das ações.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das ações. O valor foi calculado tomando-se por base os prazos de carência apresentados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apurou o montante de R\$ 5.041 (R\$ 4.466 em 31 de dezembro de 2018) referente à despesa do plano de ações restritas reconhecida no resultado com contrapartida do patrimônio líquido em conta específica de reserva de capital.

Na determinação do valor justo das restritas, foram utilizadas as premissas abaixo:

	1ª outorga 2017	2ª outorga 2018	3ª outorga 2019
Quantidade de ações	607.283	110.664	26.606
1º Vencimento	60.728	11.066	2.661
2º Vencimento	60.728	11.066	2.661
3º Vencimento	121.457	22.134	5.321
4º Vencimento	364.370	66.398	15.963
Preço de ação - (R\$)	35,50	43,38	50,74
Valor justo por ação - (R\$)			
1º Vencimento	34,73	43,37	50,50
2º Vencimento	33,97	43,37	50,50
3º Vencimento	33,24	43,37	50,50
4º Vencimento	32,51	43,37	50,50
Dividendos esperados ("Dividend yield")	2,20%	3,14%	3,25%
Volatilidade do preço da ação			
1º Vencimento	32,2%	45,0%	29,5%
2º Vencimento	36,5%	39,1%	38,0%
3º Vencimento	36,6%	39,5%	36,2%
4º Vencimento	36,8%	38,8%	37,3%
Taxa de juro livre de risco			
1º Vencimento	7,9%	7,3%	5,4%
2º Vencimento	8,4%	8,5%	5,7%
3º Vencimento	9,0%	9,3%	6,2%
4º Vencimento	9,4%	10,0%	6,6%
Período esperado até o vencimento - (anos)			
1º Vencimento	1	1	1
2º Vencimento	2	2	2
3º Vencimento	3	3	3
4º Vencimento	4	4	4

33. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS

Crédito presumido de ICMS

a) O Estado do Espírito Santo, através das Portarias 088-R de 29 de outubro de 2015 e 077-R de 01 de junho de 2016, inscreveu a Companhia, por sua Controladora e uma Controlada, respectivamente, no Cadastro do Contrato de Competitividade da Secretaria de Estado de Desenvolvimento para concessão de benefício fiscal relativo ao ICMS.

b) O Estado do Rio Grande do Sul, através de regulamento interno estadual, beneficia os CNAE (Classificação nacional de atividade econômicas) referentes atividades de fabricação de calçados com crédito presumido de ICMS sobre suas vendas interestaduais.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Benefícios fiscais ICMS ES (a)	62.862	58.014	77.416	71.216
Benefícios fiscais ICMS RS (b)	-	-	21	569
Total	62.862	58.014	77.437	71.785

Com a publicação da Lei Complementar 160 em 07 de agosto de 2017, onde os benefícios fiscais ofertados no âmbito de ICMS passam a ser caracterizados como subvenção para investimento e conseqüentemente não mais ofertados à tributação do Imposto de Renda e Contribuição Social, em 31 de dezembro de 2019 a Companhia constituiu Reserva para incentivos fiscais no montante de R\$ 77.437 (R\$ 71.785 em 31 de dezembro de 2018) referentes aos incentivos fiscais em que foi beneficiada no exercício.



Diretoria

Alexandre Café Birman

Diretor-Presidente

Rafael Sachete

Diretor Financeiro e Diretor Vice-Presidente Corporativo

Aline Penna

Diretora de Relações com Investidores

Contador

Elaine Lucia Dos Anjos

CRCMG 080900/0-0

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas

AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Arezzo Indústria e Comércio S.A. (a “Companhia” ou “Controladora”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Arezzo Indústria e Comércio S.A. e suas controladas (“Consolidado”) que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Arezzo Indústria e Comércio S.A. e da Arezzo Indústria e Comércio S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

BASE PARA OPINIÃO

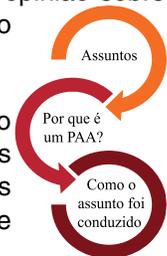
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior, e levando em consideração a adoção dos novos pronunciamentos contábeis vigentes a partir deste exercício. Considerando este contexto, os Principais Assuntos de Auditoria estão descritos abaixo.



PORQUE É UM PAA

ADEQUAÇÃO DO CUSTEIO E EXISTÊNCIA E VALORIZAÇÃO DOS ESTOQUES (NOTAS 2.7 E 8)

A Companhia e suas controladas têm um modelo de negócio diferenciado operando um negócio multimarca e multicanal, no qual a equipe de pesquisa e desenvolvimento de produtos e a estrutura de suprimentos estão preparadas para disponibilizar diversas coleções ao longo do ano.

As normas contábeis requerem que os estoques reflitam na data do balanço a quantidade de itens existentes valorizadas pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustadas pelo valor estimado de realização, se esse for menor.

Esses aspectos, somados à grande quantidade de itens, a sazonalidade das coleções e um modelo de recebimento e fornecimento dos produtos englobando fábricas próprias e independentes torna o monitoramento das quantidades de itens disponíveis e o custeio e valorização dos estoques uma atividade complexa que consideramos como relevante em nossa auditoria.

COMO O ASSUNTO FOI CONDUZIDO EM NOSSA AUDITORIA

Atualizamos nosso entendimento sobre os processos de monitoramento das quantidades de estoque e da metodologia e critérios utilizados pela administração para determinar os custos de aquisição e de produção. Também, selecionamos itens de matérias primas, produtos em elaboração e produtos acabados para testes de valorização dos custos de aquisição e produção. Acompanhamos e testamos, em bases amostrais, as contagens dos estoques em diversas unidades e efetuamos testes de movimentação de entradas e saídas de estoque, das datas de inventário até a data do balanço. Adicionalmente, entendemos e testamos as premissas e critérios utilizados pela administração na determinação das provisões para realização dos estoques, seja por ocasião da existência de itens obsoletos ou de margens negativas.

Os resultados encontrados em função da aplicação dos testes sobre a existência e os custos dos itens dos estoques, assim como sobre a metodologia, os dados e as premissas utilizadas na determinação das provisões para perdas mostraram-se razoáveis.

PORQUE É UM PAA

RECUPERABILIDADE DOS SALDOS DE FUNDO DE COMÉRCIO (NOTA 2.10, 2.11 E 15)

A Companhia e suas controladas têm por prática pagar por determinados pontos comerciais de forma a facilitar a instalação de suas lojas em locais considerados estratégicos. Esses ativos, classificados no intangível, quando

se enquadram na modalidade de vida útil indeterminada, estão sujeitos a testes anuais quanto ao seu valor de recuperação (*impairment*).

As normas contábeis requerem que ativos intangíveis de vida útil indefinida sejam objetos de testes de *impairment*, pela administração, no mínimo uma vez a cada 12 meses, a menos que hajam evidências que possam indicar a necessidade de antecipação do teste. A administração realizou teste de *impairment* utilizando o método do Fluxo de Caixa Descontado e não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para valor não recuperável dessa categoria de ativos.

As projeções de fluxo de caixa utilizadas para fins desses testes do valor recuperável são realizadas individualmente, por unidade geradora de caixa (no caso, por loja) e levam em conta estimativas e premissas sensíveis que foram consideradas como relevantes em nossa auditoria. A utilização de diferentes premissas nas projeções de fluxo de caixa futuro, tais como: taxas de crescimento de receita, margens EBITDA e taxa de desconto, utilizados poderiam modificar significativamente as conclusões desses testes, assim essa foi uma área de foco em nossa auditoria.

COMO O ASSUNTO FOI CONDUZIDO EM NOSSA AUDITORIA

Atualizamos nosso entendimento sobre a metodologia, as premissas significativas e os dados utilizados pela Companhia na realização do teste anual de *impairment* dos saldos de fundo de comércio. A abordagem de auditoria que utilizamos foi a de revisar o modelo de cálculo utilizado para o teste, avaliar a razoabilidade das premissas utilizadas pela administração e confrontar dos dados históricos utilizados no cálculo com os registros contábeis. Além disso, realizamos análises de sensibilidade sobre as principais premissas utilizadas na análise preparada pela administração.

Os resultados dos testes de *impairment* realizados pela administração na data do balanço se mostraram razoáveis e as divulgações apresentadas nas notas explicativas se mostraram consistentes com as análises da administração.

PORQUE É UM PAA

ADOÇÃO DE NOVO PRONUNCIAMENTO CONTÁBIL – IFRS 16/CPC 06 (R2) (NOTAS 4.1 E 18)

O pronunciamento contábil “IFRS 16/CPC 06 (R2) -Operações de Arrendamento Mercantil”, entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo que a administração da Companhia decidiu pela adoção dessa nova norma com reconhecimento do efeito da transição no saldo de abertura em 1º. de janeiro de 2019.

Em virtude da natureza do segmento em que opera, a Companhia possui quantidade significativa de contratos de arrendamento mercantil, principalmente de lojas em espaços comerciais e *shopping centers*, portanto sujeita à aplicação da norma.

A aplicação das novas normas compreendeu significativo envolvimento e julgamento da administração da Companhia em diversas atividades, tais como: (i) revisão dos contratos comerciais; (ii) identificação dos ativos contratuais; (iii) definição de determinadas premissas e modelo para definição do prazo e taxa de desconto aplicável a cada contrato; e (iv) desenvolvimento de controles manuais e automáticos para adequada identificação, mensuração, registro e divulgação das transações e saldos nas demonstrações financeiras, dentre outros.

COMO O ASSUNTO FOI CONDUZIDO EM NOSSA AUDITORIA

Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes relacionados ao processo de identificação, mensuração, registro e divulgação dos contratos de arrendamento mercantil, assim como avaliamos os relatórios e/ou ferramentas implementadas pela administração da Companhia para garantir a totalidade e integridade dos contratos comerciais. A abordagem de auditoria que utilizamos foi a análise das principais premissas utilizadas pela administração da Companhia para determinação dos impactos da adoção dessas normas contábeis, bem como exceções adotadas

conforme permitidas pelas normas. Também, testamos por meio de amostragem, os contratos de arrendamento e avaliamos a adequação das divulgações apresentadas em Nota Explicativa.

Com base nos procedimentos executados, consideramos que as principais premissas e estimativas da administração da Companhia relacionadas à captura, mensuração, registro e divulgação dessa nova norma contábil nas demonstrações financeiras estão consistentes com as informações e documentos apresentados.

OUTROS ASSUNTOS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado." Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2020



pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Machado
Contador CRC PR042584/O-7

